

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

ANA PAULA PRACI GUMZ

**DO ANTIGO REGIME AO ILUMINISMO EM PORTUGAL: HOMENS DIVIDIDOS  
ENTRE DOIS MUNDOS**

CURITIBA

2019

ANA PAULA PRACI GUMZ

**O VELHO MUNDO E O ILUMINISMO: HOMENS DIVIDIDOS ENTRE DOIS  
MUNDOS**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Ivan Colangelo Salomão

CURITIBA

2019

Aos meus pais, os maiores mestres de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

O principal agradecimento que tenho a fazer é a Deus, por me dar forças para continuar nos momentos difíceis, por me fazer acreditar que era possível chegar até aqui, mas principalmente por colocar pessoas maravilhosas durante a minha caminhada.

Agradeço imensamente ao meu orientador o Prof<sup>o</sup> Ivan Colangelo Salomão pelos conselhos, por me proporcionar um trajeto tranquilo até aqui, por me conceder total liberdade de escolha do recorte dado a este trabalho e principalmente por me auxiliar na construção do mesmo, auxílio este primordial para que chegasse ao trabalho final que aqui se apresenta.

Toda etapa de nossas vidas sempre tem alguém que marca, seja um amigo, um namorado, um conhecido, mas, em todas elas nossos pais estão presentes. Agradeço meus pais Antônio Gumz e Alenir Praci Gumz que, através de seus ensinamentos, mostraram-me o quanto a educação faz diferença na vida das pessoas, ensinaram-me valores, a amar quem está próximo e quem está distante, ensinaram-me o poder do carinho e da compreensão, e o quanto valorizar as pequenas coisas do dia a dia fazem a diferença no nosso caráter. Para além dos ensinamentos como pais, eu os agradeço imensamente todo apoio que eles me proporcionaram e, o quanto isso foi primordial nos momentos mais difíceis dessa caminhada, muitas vezes acreditando muito mais do que eu nesse sonho. Da mesma forma agradeço aos meus irmãos Alisson e Alan pelos conselhos, pela parceria sempre, por sempre acreditarem que era possível chegar, e não é que realmente chegou? Obrigada meus amores, contem comigo sempre.

Dizem que os amigos são a família que escolhemos, não é mesmo? Pois bem, acredito que os amigos que tenho também fazem parte desta caminhada e da conclusão de mais uma etapa de minha vida. Agradeço a Tatiana Herman, minha melhor amiga e a pessoa que sempre esteve me incentivando e nunca deixando "a peteca" cair, obrigada pelos conselhos e por tudo o que nossa amizade de longos 10 anos representa em minha vida.

Agradeço aos meus amigos de curso, os mais desajustados e ao mesmo tempo um dos melhores alicerces que eu poderia ter nessa jornada – Felipe Souza, Raphael Laurindo, Dener Souza, Letícia Lira e Pedro Nascimento, obrigado por me darem conforto nos momentos em que eu tive dúvidas quanto a minha capacidade, pelos momentos de descontração, pelos conselhos e principalmente por estarem no mesmo barco que eu e muitas vezes entenderem meus momentos introspectivos.

Agradeço a minha namorada Rafaela Custódio por ter se tornado a minha principal conselheira, amiga, companheira e muitas vezes o meu anjo, que nunca me deixou desanimar, mesmo que a meu ver isso fosse o mais “fácil” de fazer, por tudo o que posso falar e por tudo que não posso aqui expor muito obrigado meu amor, você faz parte desta conquista.

A minha chefe (sim, ela mesma) Fernanda de Ávila Correa, eu disse que você também estaria aqui, não disse? Meu mais sincero muito obrigado, pela parceria, pela compreensão, por apoiar o meu desenvolvimento pessoal, pelas horas de banco quando este não existia, mas principalmente por também acreditar que seria possível realizar esse sonho.

Por fim gostaria de expressar aqui a minha mais profunda gratidão à Angelita de Paula, obrigado por tudo o que me ensinou e por se tornar uma orientação não formal a este trabalho, sem você eu não teria chegado a esse trabalho como está.

A todos vocês eu dedico este trabalho.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

(Theodore Roosevelt)

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as propostas reformistas para o Império Português aplicadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho – o Conde de Linhares – e de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho – o Bispo de Olinda – no período histórico da transição do Antigo Regime para a Idade Moderna. Busca-se mostrar com esta pesquisa a dupla natureza das ideias de ambos, ora defendendo ideais mercantilistas, ora mesclando-as com o Liberalismo e a Fisiocracia, que foram as escolas de pensamento econômico subsequentes ao Mercantilismo. A atuação de D. Rodrigo e a de Azeredo Coutinho tiveram por objetivo elevar Portugal aos tempos áureos e prósperos de outrora e, pela pesquisa bibliográfica, foi permitido identificar de que forma ambos trabalharam para alcançar esse anseio. O principal resultado que pode ser inferido por esta pesquisa é, primeiramente, a mescla de ideias e que nelas verifica-se a dubiedade de pensamento dos autores, ficando claro que tal resultado é produto do momento de transição histórica que ambos viviam, das obras e mentores que ambos utilizavam como base em seus trabalhos e até certo ponto da vivência que tiveram cada qual com sua especificidade. A abordagem adotada neste trabalho, bem como em outros consultados, abre a possibilidade de se analisar outros estadistas da época para verificar se a dubiedade das ideias, que aqui encontramos, também se verifica em menor ou maior grau nos demais.

**Palavras-chave:** Cameralismo português; Reformismo Ilustrado luso-brasileiro; Bispo de Olinda Azeredo Coutinho; Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho; Brasil-colônia.

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>2</b> | <b>O MERCANTILISMO .....</b>  | <b>11</b> |
| 2.1      | O MERCANTILISMO EM PORTUGAL.....  | 14        |
| 2.2      | A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E AS REFORMAS POMBALINAS .....                                  | 21        |
| <b>3</b> | <b>D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO: O ESTADISTA DA COROA .....</b>                         | <b>27</b> |
| 3.1      | MERCANTILISMO E COLONIALISMO: O TESOURO DA COROA.....                                   | 33        |
| 3.2      | A QUESTÃO TRIBUTÁRIA E OS DESDOBRAMENTOS FISCAIS .....                                  | 36        |
| <b>4</b> | <b>JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA AZEREDO COUTINHO: UM BRASILEIRO DEFENSOR DE PORTUGAL .....</b> | <b>46</b> |
| 4.1      | A DEFESA DA ORDEM ESTABELECIDADA: MONOCULTURA E ESCRAVIDÃO... ..                        | 49        |
| 4.2      | REFORMISMO EM AZEREDO COUTINHO .....  | 54        |
| 4.3      | AZEREDO COUTINHO COMO GESTOR PÚBLICO: A CAPITANIA DE PERNAMBUCO .....                   | 58        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>63</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>66</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico que predominou a partir do século XVI até meados do século XVIII foi um marco para os países do mundo inteiro. A procura por uma balança comercial favorável, o acúmulo de metais preciosos e as descobertas geográficas a partir do desenvolvimento da navegação, entre outras características deste período, trouxeram grandes avanços no comércio e na sociedade como um todo.

A escola mercantilista (que ganhou este nome *ex-post*) possuiu doutrinas conforme o país e seus intelectuais locais. Apesar de não ter sido um movimento surgido da troca de ideias entre estes, pode-se identificar semelhanças entre elas em diferentes estados como, por exemplo, a própria acumulação de metais preciosos, que era vista como sinônimo de riqueza e poder para quem os possuísse.

Nessa mesma época, no campo das ideias, a linha de pensamento que figurava era o Iluminismo. Este foi o responsável por defender o uso da razão em contraposição ao Antigo Regime que vigorava, trazendo consigo o desenvolvimento das cidades, a ampliação do comércio e o aprimoramento de novas técnicas de navegação. O assim denominado Mercantilismo foi, portanto, um produto do Iluminismo, promovido pela classe ascendente da época, a burguesia, a qual foi a maior responsável pela ascensão da primeira “escola” de pensamento econômico. A contextualização das ideias e do ambiente econômico concede uma ampla visão e fornece a compreensão da evolução do pensamento dos personagens que serão abordados.

Tanto no âmbito econômico como no político, aquele período “entremundos”<sup>1</sup> testemunhou o surgimento de instituições, relações comerciais, sociais e mudanças na dinâmica do poder territorial de alguns países, o que a historiografia denomina especificamente como Estados Nacionais: Inglaterra, Espanha e Portugal. Estes são os que mais se destacaram e ampliaram seus domínios além das fronteiras territoriais que antes vigorava.

O final do século XVIII representou um período chave para a análise que se pretende discorrer neste trabalho, uma vez que essas potências europeias estavam envoltas em um jogo de poder de comércio entre eles e que ameaçava a manutenção das colônias de exploração dos Estados, entre eles Portugal.

---

<sup>1</sup> Esse termo denomina um recorte histórico que representa um momento de transição entre o Antigo Regime (ou Idade das Trevas) para o período Moderno, marcado principalmente pelo Iluminismo.

O Brasil, a principal colônia portuguesa, era visado pela Inglaterra, principalmente por representar um potencial, tanto como mercado para seus produtos, bem como para exploração devido a suas riquezas naturais. Neste sentido, os ingleses utilizaram de sua influência sobre Portugal para angariar diversos benefícios.

Neste período, os ideais de liberdade provenientes da Revolução Francesa já haviam influenciado a principal colônia inglesa, hoje conhecida como Estados Unidos, a batalhar por sua independência da metrópole. Este eco chegou aos trópicos, e estes já demonstravam descontentamento com os lusitanos, o que provocou diversas revoltas, a exemplo da Inconfidência Mineira, entre outras.

A fim de amenizar essa questão, Portugal firmou tratados com França e Espanha sob a tutela da Inglaterra. Esses acordos visavam manter suas colônias, e através deles a Espanha obteve a proteção francesa, e Portugal os cuidados ingleses. Apesar de necessários, estes contratos tornaram os lusitanos dependentes dos ingleses, cenário que perdurou por boa parte do século XVIII. Com o firmar destes acordos, Portugal, além de perder sua hegemonia ultramarina, concedeu diversos benefícios à Inglaterra, dentre os quais se destaca a questão do Tratado de Methuen, que o tornou mercado consumidor dos tecidos ingleses e conseqüentemente anulou o crescimento da industrialização portuguesa à época. Outro fator relevante para o cenário se deu com a sucessão do trono espanhol, onde um dos lados foi apoiado pela Inglaterra e o outro pela França, e na qual Portugal se declarou neutro. Isto o fez perder o apoio inglês e o deixar em uma posição de fragilidade perante as demais potências.

Diante deste quadro geral, Portugal acumulava déficits causados pelos tratados firmados, e um sentimento pungente de atraso econômico e isolamento cultural. Esses fatores foram primordiais para a entrada dos ideais de reforma que passaram a permear o reino.

A principal responsável por essa nova maneira de pensar foi a revolução intelectual denominada Iluminismo, que mudou a forma como a sociedade se subdividia, adotou as políticas formuladas, tais como a adoção da racionalidade em contraposição ao teocentrismo tão enraizado na sociedade portuguesa devido a influência da Igreja nos assuntos do Estado, bem como promoveu o desenvolvimento das navegações e, por consequência, das expansões territoriais.

O aprimoramento das universidades, oriundo das Reformas Pombalinas, elaboradas por Marquês de Pombal e que tiveram por objetivo modernizar Portugal, foi considerado ponto chave para superar a situação vigente e teve impacto direto em outras áreas como a saúde, por exemplo. Em decorrência dessa mudança educacional, a Universidade de Coimbra

foi reformulada e se tornou o local que formou os intelectuais responsáveis pelas transformações portuguesas.

Era preciso mudar, o sistema estabelecido sofria pressões e, diante daquilo já exposto é que se justifica o recorte a ser analisado: o pensamento de D. Rodrigo de Souza Coutinho e de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Ambos trouxeram uma ampla visão da época, do funcionamento do governo, das práticas portuguesas. Ambos são resultados dos investimentos educacionais de D. João III e das reformas pombalinas, que teve importantes contribuições à coroa portuguesa.

Justifica-se o enfoque no pensamento dos autores citados pelo fato de estarem em uma época de transição, ou seja, ambos possuíam em sua visão ideias tipicamente mercantilistas, mas ao mesmo tempo já tinham uma visão para além de sua época. Ou seja, são autores com ideais que não remetem somente ao Mercantilismo propriamente dito, mas já apresentavam indícios de que o sistema da forma que estava já era “ultrapassado” e precisava de reformas que adequassem as mudanças à época.

O caráter reformista do pensamento de ambos é o ponto principal deste trabalho e, desta maneira, propende-se mostrar e diferenciar dentro do pensamento destes as ideias que ainda continham o típico mercantilismo enraizado, bem como aquelas que dentro das reformas propostas mostravam características do Liberalismo que precederia o Mercantilismo.

Por fim, o Mercantilismo representou, além da queda do antigo regime, uma época de transição de ideias no campo econômico, político, social e que abriu as portas para o Capitalismo como o temos, que compartilha com este uma característica primordial – a renovação em si mesmo.

## 2 O MERCANTILISMO

O Mercantilismo, como o conhecemos hoje, foi uma “pré” escola de pensamento econômico que, conforme citado anteriormente, nunca existiu como teoria. Foi, portanto, uma organização de pensamentos de figuras importantes à época, que nunca tiveram contato de fato entre si para que houvesse a troca de ideias, e posteriormente uma elaboração de uma doutrina consistente.

As decisões econômicas se pautavam na realidade em que se vivia nos estados-nação em que ocorreram. Os responsáveis pela organização das ideias desses pensadores foram os seus sucessores, os fisiocratas no século XVII, e os economistas clássicos, entre os séculos XVIII e XIX. Sobre esse caráter do pré-pensamento econômico do Mercantilismo, Falcon (1991, p. 8) cita que “Do mercantilismo seja a de que, a rigor, ele nunca existiu, tratando-se bem mais de um mito, como afirma Pierre Deyon, cuja criação e historicamente posterior ao objeto cuja existência tenta delimitar”.

O Mercantilismo possuiu características específicas a depender do estado-nação em que ocorreu, mas a priori sua característica principal se dá por ser uma estrutura em que o seu principal objetivo era o comércio em si, para aumentar o grau de riqueza local.

Esse movimento se deu em uma época de transição do Feudalismo (Antigo Regime) para então o sistema mercantil. De maneira sintetizada, podemos sintetizar as principais ideias que compreenderam este período da história econômica em três grandes acontecimentos: ruptura política, desenvolvimento econômico e o surgimento dos Estados modernos.

A ruptura ocorreu pela transição do Antigo Regime (Feudalismo). Porém, apesar de realmente terem ocorrido várias mudanças, temos em alguns lugares a continuidade de relações feudais (político, econômico e social), como, por exemplo, na França. É por este motivo que, para alguns historiadores, esse período é conhecido também como a fase final do Feudalismo.

A transição econômica se deu pelo abandono dos feudos (mais rápido ou mais tardio, dependendo do Estado), assim como o deslocamento da atividade econômica para as cidades-estados nascentes e sua posterior expansão do comércio. Estas mudanças trouxeram consigo a ascendência da burguesia, o aprimoramento das navegações tão necessárias para a expansão comercial, a busca por novos mercados e o surgimento da colonização.

O progresso científico fez a estagnação econômica observada na Idade Média como algo a ser superado em nome da dinâmica evidenciada, que consistia em surgimento de novas

demandas para os países, como a acumulação de ouro e metais preciosos, e para a classe abastada o consumo de bens industrializados, o que era sinônimo de bem-estar à época.

O desenvolvimento intelectual modificou o entendimento da sociedade sobre os limites territoriais, fomentando desta forma o aprimoramento das navegações, com a utilização das cartas marítimas e bússolas, e do comércio com o surgimento dos centros comerciais. Hugon, em seu livro *História das Doutrinas Econômicas* (1970, p. 65), afirma que

O fim do século XV marca o início da era das grandes descobertas. Os limites do mundo parecem que recuam. Não se trata de um acontecimento espontâneo, mas está ligado aos grandes esforços anteriormente feitos pelos europeus para devassar os caminhos terrestres do Oriente, permitindo-lhes atingir as riquezas das Índias e da China. As descobertas marítimas prolongam essas descobertas de caminhos da terra.

As navegações modificaram as necessidades da sociedade em termos de consumo e qualidade de vida. Esses fatores culminaram em um ambiente profícuo para a atividade econômica, criando novas relações comerciais, busca por novos mercados e novos ambientes para exploração.

Sabe-se que o interesse dos europeus para chegar ao Oriente se deve ao fato de que a China era um império avançado perante o velho continente – Europa – assim como a África era vista como um local ainda não explorado, mas que ainda poderia ser muito desbravado.

Em Portugal as navegações foram fortemente estimuladas pela coroa, sendo realizadas ao longo dos governos do século XIII em diante, principalmente no reinado de D. Henrique – este explorou a costa africana e iniciou o desenvolvimento da navegação em alto mar, o que foi necessário para a exploração do caminho das Índias e da América do Sul, que aconteceram posteriormente.

No campo político, ocorreu o surgimento dos Estados modernos centralizados. Se antes era exclusivamente pautada na monarquia, após a introdução da burguesia enquanto classe ascendente, a figura do rei foi vista com rejeição por ser uma minoria da sociedade na qual os privilégios eram determinados por laços de sangue e/ou casamento. Reforma era a palavra de ordem do movimento. Revoltas ocorridas derrubaram reis e os que restaram ficaram posteriormente conhecidos como déspotas esclarecidos, pois se adaptaram ao que a Modernidade exigia de sua postura.

Neste ambiente, temos o surgimento de uma conformação onde clero, nobreza e burguesia tornaram-se forças coexistentes. A figura do chefe de estado, antes representada pela nobreza, nominalmente se tornou efetiva, após diversos conflitos com os vassalos – ou seja, com os servos do Rei.

Essa centralização em torno do monarca reuniu em uma só pessoa o poder que antes era representado pela figura régia de cada feudo no Antigo Regime. Esse processo ocorreu com a ascensão de figuras importantes dentre as quais podemos destacar os Tudor na Inglaterra, Fernando de Aragão na Espanha e D. João III em Portugal – segundo Hugon (1970, p. 64), esse é um fenômeno que se generaliza em toda a Europa.

Esta conjuntura propiciou uma nova perspectiva quanto à questão diplomática e, por consequência, em relação aos conflitos ocorridos, principalmente por fatores econômicos e políticos, dentre outras questões territoriais e ideológicas, consequências da chamada Reforma e Contra- Reforma ou Humanismo e Renascimento.

Com o surgimento da ideia do Estado como uma unidade político-econômica, que passou a possuir papel central na sociedade, todas as ações nas mais diversas áreas foram sendo coordenadas, incluindo as navegações e o comércio, que anteriormente era local e passou a ser nacional e internacional, mais adiante.

Segundo Hunt (1981, p. 39) “a disseminação do comércio internacional foi a mais importante força para desintegrar o feudalismo”, com a ascensão do Mercantilismo e, por conseguinte, a do Liberalismo mais adiante. Nesse sentido, o autor afirma que

A expansão do comércio, particularmente de longa distância, levou ao estabelecimento de cidades industriais e comerciais para servir a esse comércio. O crescimento dessas cidades, bem como o seu crescente controle por capitalistas comerciantes, provocou importantes mudanças, tanto na agricultura quanto na indústria. (HUNT, 1981, p. 39).

E como produto de todas essas mudanças encontram-se as consequências inerentes a esta diástase, tais como a implementação do sistema de preços, o estabelecimento das moedas nacionais e a própria exploração das colônias.

Não existe um consenso acerca das práticas econômicas e políticas entre esses estados, mas pode-se inferir que o sistema foi originado destes e possui importante papel na história econômica da Europa e, por consequência, nas políticas adotadas no período, como afirmou Eli Heckscher (*apud* MARQUES, 1989, p.85) ao dizer que “O Estado foi o sujeito e o objeto da política mercantilista [...] O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época [...] era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.”.

Portanto, o Mercantilismo esteve presente em um contexto marcado por um Absolutismo monárquico e que, em sua maioria, adotou a prática mercantil como motor econômico dos Estados modernos. Adiante trataremos de que forma este contexto esteve

presente em Portugal e como o Iluminismo influenciou fortemente o pensamento desenvolvido por Pombal em suas reformas.

## 2.1 O MERCANTILISMO EM PORTUGAL

O Mercantilismo foi a expressão de uma época de transição marcada por avanços em todas as esferas da sociedade. Especificamente em Portugal, esse movimento surgiu em um contexto de oposição à dominação do clero, que comandava as ações tomadas pela corte portuguesa. Para iniciar esta análise, faz-se necessário uma digressão dos fatos que levaram a economia lusitana ao período mercantilista propriamente dito.

Analisa-se o Antigo Regime português a partir da união entre duas províncias principais, Portucale e Coimbra, que juntas formaram o “Condado de Portucale”. Este condado foi dado como dote ao D. Henrique de Borgonha pelo casamento de sua filha D. Teresa em 1096. Nos seus primórdios esse condado era comandado por forças locais. Essas autoridades eram compostas por linhagens familiares, como os Bragança, Maia, Sousa, Ribadouro, Baião, entre outras, que gozavam de grande influência em seus domínios. Tais linhagens se valeram de seu poderio militar, alargaram seus territórios e se separaram dos nobres de Portucale. Mais tarde também firmaram aliança com a dinastia Navarra e, por meio desta, conseguiram se manter no poder.

Esta família tivera papel de suporte social essencial à D. Henrique de Borgonha, assegurando a este a autoridade do Condado pela fidelidade à coroa castelhana-leonesa. Este movimento, porém, por si só não foi o suficiente para originar um processo de autonomia política.

Essa mudança ocorreu devido à decadência da monarquia, causada pelas disputas em torno da sucessão do trono (pós morte de Afonso VI) e do surgimento de reinos cristãos menores que, apoiados por grupos aristocráticos, eclodiram movimentos expansionistas na segunda metade do século XI.

A aristocracia era passada adiante por via sucessória, e os filhos não inclusos neste processo eram enviados nas batalhas das fronteiras e organizavam-se de forma a adquirir territórios de pequenos proprietários e formar alianças militares. Estas alianças apoiaram D. Urraca na sucessão ao trono de Afonso VI, ao passo que o mesmo se aliou a outros grupamentos regionais que alternavam entre si no poder, sobressaindo-se os nobres Leoneses, Castelhanos, Aragoneses e Galegos – esse processo chamamos de coligações nacionais (MATTOSO, 2000, p. 9).

Esta conformação se alterou entre 1157 e 1230 quando, após diversas lutas contra o Islã<sup>2</sup>, três condados se sobressaíram: Portugal (esta se separando da Galiza), Castela e Aragão, que assumiram o protagonismo da guerra e se tornaram monarquias independentes.

A respeito deste cenário Mattoso (2000, p. 10-11) afirma:

A situação de guerra assegura, portanto, um papel fundamental tanto à nobreza, que tendia a monopolizar as funções militares, como às monarquias sob as quais ela se agrupa regionalmente e que assumem sempre a chefia e a coordenação das grandes operações guerreiras. Constituem-se assim blocos fronteiriços que asseguram a eficácia das operações. A associação entre uma classe social com fortes apoios fundiários, com poderes próprios e interessada na guerra, e os reis que a apoiam assegura aos diversos reinos peninsulares um trajeto político duradouro

A separação de Portugal e Galiza em condados independentes reduziu o poder de D. Raimundo somente à Galiza, enquanto Portugal foi entregue a D. Henrique de Borgonha. Com isto, criaram-se dois movimentos contrários – um voltado para a manutenção da união com Galiza e a hegemonia de uma ou outra, e o movimento separatista. Neste cenário D. Henrique engajou-se pela opção favorável a sua hegemonia, pois buscava restaurar Galiza conforme pacto sucessório firmado anteriormente com D. Raimundo.

Esse objetivo, porém, não pôde ser alcançado devido a lutas pela manutenção da monarquia castelhano-leonesa, conforme cita Mattoso (2000, p. 10-11):

(...) veio a fracassar em virtude da conjugação de duas séries de acontecimentos convergentes: por um lado, o fato de tanto D. Urraca com seu filho Afonso VII terem lutado denodadamente pela manutenção da unidade da monarquia castelhano-leonesa, com o persistente apoio de Diego Gelmirez, arcebispo de Compostela, que via nessa solução o melhor apoio para as suas ambições de prelado da única sé apostólica do Ocidente além da de Roma[...] por outro lado, pelo fato de os barões postcalenses e o arcebispo de Braga terem percebido que a união de Portugal e da Galiza sob a hegemonia galega os manteria fatalmente numa situação de inferioridade e de dependência.(...)

Tendo esse sentimento de inferioridade em voga, e com o apoio do arcebispo de Braga, tornou-se preferível sujeitar-se diretamente ao rei de Leão e Castela do que a restauração dos condados. Esse fato tornou-se possível com a Batalha de S. Mamede (1128) na qual a Rainha D. Teresa foi expulsa do condado, com o apoio direto de Afonso Henriques que se fixou em Coimbra e passou a comandar as ações principais. Mesmo com todas estas disputas, o que de fato afirmou a independência portuguesa foi a conquista de Lisboa e

---

<sup>2</sup> O Islã é a civilização que segue a fé islâmica, e é pautada nos ensinamentos do profeta Maomé em contraposição a fé católica enraizada em Portugal. O confronto entre as coligações católica e muçulmana, na época, se dava por disputas de territórios que ocorriam desde a ascensão do Império Otomano bem como das Cruzadas católicas que fizeram ressurgir a necessidade de retomada destes territórios devido a ameaça que os muçulmanos representavam ao mundo Ocidental, conforme cita Sochaczewski (2018).

Santarém, cidades importantes por sua riqueza e localização, pois possibilitou que Portugal tomasse para si a posse dos recursos econômicos nestas.

Após este assentamento sob o domínio de Afonso Henriques, Portugal ampliou seus domínios, processo que teve continuidade durante os séculos XI e XII. Evidenciou-se um afluxo de camponeses para o litoral lusitano, o que permitiu ampliação e expansão do domínio português. Sobre as relações firmadas no ocidente atlântico Mattoso (2000, p. 13) afirma que:

(...) Ocupava as cidades do Oriente atlântico e, com elas, o domínio das vastas áreas econômicas que elas controlavam. Organizava o seu conjunto (Porto, Guimarães, Braga, Coimbra, Lisboa, Santarém e Évora) numa rede de trocas complementares cujas potencialidades de escoamento da produção, como pela capacidade de abastecimento.

Esse elemento foi a chave do sucesso português, que se firmou quanto monarquia e, após a destruição dos polos de pirataria, principalmente em Sarracena, foi dado como aberto os comércios ultramarinos pelos portugueses. A unidade política portuguesa pode ser delimitada no reinado de Dinis (filho de Afonso III), quando se evidenciou a formação de instituições e enfraquecimento do poder do clero, dentre outras ações iniciadas por seu pai. Tais atitudes legaram uma unidade à monarquia portuguesa.

Com o território firmado e uma unidade política definida, Portugal pôde se desenvolver. Esta situação passou a alterar-se a partir da Revolução de Avis, ocorrida entre 1383 à 1385, e que relegou a Portugal sua independência definitiva e o início da dinastia de Avis. Passado este período da revolução, temos o reinado de D. João I que abriu as portas para a expansão portuguesa além-mar, primeiramente para a África e logo após com expedições que levaram Portugal a atingir as Américas e a Ásia.

Com um grande crescimento demográfico após um período duro ocorrido devido à Peste Negra durante o século XVI, a expansão além-mar trouxe reflexos positivos à economia portuguesa, tornando Portugal um dos principais Estados a emergirem sob esse cenário. Especificamente no caso do reinado de D. João III, que representou um grande avanço para os lusitanos neste período de transição, as reformas pombalinas, a expansão marítima e a ocupação das colônias portuguesas na América são ações que se destacam.

A própria conformação do governo centralizado, entre outros fatores ocorridos no reinado de D. João III, representou e caracterizou a sociedade portuguesa da época. Costa, em seu artigo “O Rei D. João III (1521-1557) e a Construção da sociedade de corte em Portugal” (2013, p.1), a respeito da figura do monarca afirma:

A figura de D. João III é tão central na história portuguesa que a historiografia portuguesa dos séculos XIX e XX não oferece um consenso a respeito do reinado de D. João III, no que toca a apresentá-lo como profícuo ou como baldado para a história lusitana. Por um lado, o Rei Piedoso - uma das dignidades reais conferidas pelo papa - é visto como um grande incentivador das artes, da educação e da expansão político-comercial portuguesa, e por outro, como responsável pelo atraso cultural de Portugal.

A formação do Estado moderno português foi precoce perante os demais reinos europeus, pois, enquanto este se firmou durante o final século XII, com D. Afonso Henrique, nos demais este processo ocorreu a partir do século XV. Porém, o fato de estar à frente em relação a esta formação não representou para os lusitanos a principal característica do Estado moderno, ou seja, a centralização do poder, e conseqüentemente a formação da corte, característica esta que somente verificou-se a partir do reinado de D. João III.

Essa concentração de poderio propiciou o desenvolvimento da expansão comercial lusitana iniciado anteriormente com D. Manuel, mas que teve seu ápice com D. João III, conhecido como período joanino. Costa (2013, p. 6) cita que a presença portuguesa no Oriente, África e na América tornou como característica portuguesa o Império Marítimo, pois este domínio se dava de forma costeira e, após a obtenção de riquezas, com essa exploração inicial, foi necessário criar instituições que suprissem as necessidades burocráticas do estado.

Os empreendimentos feitos no reinado de D. João III tanto comerciais, como religiosos, tiveram sucesso, fazendo com que Portugal obtivesse o monopólio da rota oriental de especiarias e desta forma mantivesse a hegemonia de tais caminhos até meados do século XVI.

Durante este reinado, também se instalou e se obteve grande êxito a Companhia de Jesus, ordem religiosa cujos membros ficaram conhecidos por jesuítas, os quais foram utilizados para as missões que expandiram a exploração costa adentro nos territórios lusitanos. Destaca-se também a instauração do Tribunal da Inquisição, utilizado como instrumento de manutenção da ordem religiosa e que evidencia a política centralizadora deste reinado. Nesse sentido, Coelho (2000, p.75) afirma que

(...) A Inquisição vigiava e reprimia as idéias consideradas heréticas enquanto a Universidade e os teólogos definiam o que era para ter e crer. O espetáculo católico da fé alimentava-se em boa medida com os restos das crenças e o dinheiro dos cristãos-novos (...)

Com essa expansão ocorrida no reino português, D. João III sentia a necessidade de formar setores administrativos para os diversos órgãos da Coroa, que a servissem de modo a fortalecê-la e fornecer subsídios para a administração de suas colônias. Essas colônias

forneciam, além de ouro, outros artigos para consumo da metrópole como, por exemplo, o açúcar. Mas não eram somente artigos propriamente ditos; pagavam-se os impostos inerentes da atividade econômica bem como do tráfico negreiro. Sobre a atividade econômica advinda com as navegações Coelho (2000, p.70) afirma:

Com as navegações, crescem as receitas do Estado e as dos particulares e desenvolvem-se as forças produtivas. Os cereais tornam-se um dos maiores negócios do século. E radica-se uma agricultura especializada da vinha, do azeite, voltada para mercados crescentes; surgem outros produtos agrícolas, alguns deles provenientes das novas explorações assentes no trabalho escravo. É o caso do açúcar. Intensifica-se o movimento planetário das plantas e dos animais.

Para a efetiva administração do reino, fez-se necessário investir em produção de conhecimento, sendo esta a origem da criação do Real Colégio das Artes e Humanidades de Coimbra, bem como a reforma educacional ocorrida na Universidade de Coimbra. Essas reformas, segundo cita Costa (2013, p. 3), tinham por objetivo colocar as instituições a serviço da Coroa, fornecendo bons profissionais para ocuparem os cargos dos aparelhos administrativos criados pelo rei, bem como educando os jesuítas que levariam o cristianismo para as terras além mar.

Sobre essa centralização de D. João III cita Costa (2013, p.11)

Todas as quatro atitudes (universidade, colégio, inquisição e jesuítas) expressam a necessidade que o rei teve de centralizar seu poder, de ter, ainda mais, a direção da sociedade em suas mãos. Mas, para conseguir isso não poderia agir sozinho, teria que ter o apoio de suas principais classes ou estamentos sociais, teria que ter o apoio das nobrezas para não criar hostilidades que não pudesse conter e nem correr o risco de ficar refém de algum grupo de sua corte.

Mesmo com tais reformas, Portugal sofria um atraso cultural, social e econômico em relação aos demais países europeus. Atribui-se este atraso a diversos fatores, dentre os quais se destacam alguns adiante.

O império português possuía dois eixos principais mercantis – um voltado para o Atlântico Sul, que passava pelo Ciclo do Açúcar, responsável pela economia colonial da época, e o tráfico negreiro, que fornecia mão-de-obra para os engenhos, e um voltado para o Índico, o qual possuía certa diversificação produtiva (agricultura das especiarias) além do comércio das mesmas. Essa colonização portuguesa não possuía inicialmente um caráter de ocupação, mas sim exploratório. Neste sentido cita Novais (*apud* RICARDO, 2006, p.43) que “a colonização tinha um caráter essencialmente comercial, voltada para fora, mas, para além disso, compunha um mecanismo de estímulo à acumulação primitiva de capital autônomo dentro do sistema.”

Tal comercialização entre colônia-metrópole – o que hoje é conhecido como Portugal e Brasil, respectivamente – ocorria de forma exclusiva, ou seja, a colônia enviava seus produtos para a metrópole que os reexportava, gerando altos lucros para a Coroa. Essa relação de dependência possibilitou ao governo português elevar a sua arrecadação de impostos, e com isso tornar-se um estado forte. Contudo essa riqueza portuguesa não resultou necessariamente em acúmulo monetário de fato para a Coroa.

José Veríssimo Álvares da Silva, em seu trabalho intitulado “Memória das verdadeiras causas por que o luxo tem sido nocivo aos portugueses” (1990, p.180), cita a respeito do consumo de bens de luxo que:

Um vassalo que não olhando para as forças do seu patrimônio, e para os meios que tem de adquirir, quer imitar na grandeza do banquete, no esplendor da comitiva, na riqueza das alfaias da casa ao vizinho, e de avultados cabedais; este homem, digo, cheio de luxo, julgando que engana aos mais, ele é que fica o enganado, e justamente é o objecto da murmuração dos seus compatriotas, que rindo-se o observam vítima da ilusão. Porque pelo mesmo caminho que busca para ser o primeiro entre os seus iguais, ele vem a ficar o último. Este exemplo é do luxo que os antigos diziam excedia a medida; porque devendo ser os gastos regulados pelos teres, era esta uma profusão que não tinha medida.

Segundo Silva (*apud* CARDOSO, 1990, p. 159), o luxo para os modernos<sup>3</sup> é uma “sumptuosidade extraordinária, que dá riquezas e segurança a um governo, e que é uma consequência necessária de uma sociedade bem policiada”. Este mesmo luxo, considerado necessário e produto das riquezas provenientes do comércio, foi também um dos motivos dos déficits econômicos de Portugal, e culminou em um processo necessário de reformas a fim de minimizá-los. Esses problemas econômicos se deviam ao fato de o consumo de produtos industrializados serem importados em contraposição aos vinhos que os lusitanos exportavam, o que levava a um desequilíbrio das receitas.

Além deste, temos a burocracia imposta pelo Tratado de Methuen em torno da indústria portuguesa que desestimulava seu desenvolvimento – para Silva (*apud* CARDOSO, 1990, p. 159) ela pode ser entendida como uma “porta” aberta pela qual a coroa possibilitou a saída de ouro do reino.

Segundo Falcon (2005, p.12), um dos responsáveis pela situação portuguesa à época seria o Tratado de Methuen, mais conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, assinado entre Inglaterra e Portugal em 1703. Sobre o tratado Silva (2003, p.3) afirma que “pela análise das estatísticas das alfândegas inglesas, verifica-se que, quer o têxtil e vestuário inglês, quer

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, usamos o termo *moderno* para nos referir aos sujeitos que viviam na Idade Moderna (século XV a século XVIII).

os vinhos portugueses, representavam no comércio anglo-português do princípio do século XVIII, mais de 70% do total das exportações de cada país.”

Por este tratado, Portugal abriu sua economia para receber os produtos manufaturados ingleses e, em contrapartida, estes fizeram o mesmo em relação aos vinhos portugueses. Este acordo foi extremamente desfavorável à economia portuguesa, além de acarretar problemas à política externa lusitana, no que tange à sucessão da coroa espanhola após a morte de Carlos II.

Este tratado, segundo Falcon (2005, p. 12), fornece certo embasamento para compreender a situação político-econômico de Portugal nesta época. Sobre o Tratado e suas consequências o autor afirma que “Na verdade o Tratado de Methuen foi objeto de críticas e debates desde o dia seguinte à sua assinatura, tanto na Inglaterra quanto em Portugal. Tais polêmicas intensificaram-se durante o século XIX e entraram pelo século XX (...)”.

Falcon (2005, p. 13) traçou uma associação entre o fluxo aurífero oriundo do Brasil e as cláusulas do referido tratado e que, com essa situação posta, pode-se determinar o conjunto de consequências econômicas provenientes desse fluxo e como este contribuiu para a expansão britânica à época. Diante disso, tem-se que o impacto da participação do ouro não teria se restringido apenas a Portugal (de forma positivo/negativa devido ao escoamento ocorrido), mas sim, a nível mundial (PINTO, 1972, p. 24-38).

Mas, enquanto Portugal ficava em desvantagem nas trocas comerciais, com o ônus decorrente destes, a Inglaterra gozava de vantagens consideráveis devido a sua postura dominante e, para mantê-las, recorriam a questões de acordos intocáveis e a chamada soberania de seu parlamento.

A Coroa portuguesa passou a acumular déficits (conforme mencionado anteriormente), além de problemas relacionados ao comércio marítimo devido aos impedimentos aplicados pelos ingleses. A questão da abertura dos portos<sup>4</sup> para recebimento de produtos ingleses na colônia fez com que Portugal se tornasse consumidora, também na corte. Sobre essa conjuntura cita Falcon (2005, p. 19)

A falta de nossa navegação, ou impossibilidade que para ela constituíram os impedimentos [...] foi a verdadeira causa da ruína do nosso comércio e não somente o tratado[...] causando aquela impossibilidade gravíssimos e essenciais prejuízos à Coroa e aos particulares deste Reino.

---

<sup>4</sup> Enquanto colônia de Portugal, o Brasil tinha uma imposição de exclusivo comercial com esta metrópole – ou seja, poderia efetuar comércio somente com Portugal.

Em suma, os prejuízos causados à economia da Coroa portuguesa podem ser resumidos, conforme Falcon (2005, p. 19), da seguinte forma:

Os comissários (ingleses) levaram para fora do Reino o ouro que resultou dos seus ganhos à custa dos comerciantes e armadores lusos, na medida em que eles se apropriaram dos fretes e seguros, obtiveram lucros como fornecedores e também como compradores dos produtos locais, financiando assim e dominando a produção agrícola, impedindo por todos os meios a construção de navios em Portugal, e, em suma, especulando tanto em Lisboa quanto em Londres com o sacrifício da pobreza dos lavradores e comerciantes nacionais, com reflexos até mesmo no tráfico da metrópole com as colônias.

Era preciso mudar. A colônia demonstrava insatisfação com a Coroa, e o rei então, acionou seus ministros e estudiosos (pessoas que, uma vez tendo passado pela Academia, disponibilizavam seus conhecimentos ao Rei) lusitanos para trabalhar em prol da retomada do crescimento do império.

## **2.2 A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E AS REFORMAS POMBALINAS**

Marquês de Pombal foi uma das principais figuras do pensamento ilustrado português. Para ele, essa expressão se converteu em um projeto de um estado forte e importante perante os demais europeus.

No campo econômico, Pombal promoveu mudanças importantes, seja de fomento econômico como de rearranjo comercial do país. Neste contexto foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, associação criada por Marquês de Pombal para proteção dos vinhos que eram produzidos na região do Alto Douro.

Esta companhia, apesar de não ter sido a primeira a ser criada no período pombalino, foi a que mais trouxe benefícios duradouros à coroa, pois trouxe a ação mais eficaz e importante para a manutenção da qualidade dos vinhos, especificamente daqueles produzidos na cidade do Porto. Por sua vez, ela sofreu os maiores ataques por parte dos ingleses, pois destinava-se a garantir e fomentar a produção e o comércio do vinho português, garantindo o domínio lusitano deste mercado.

A respeito das funções da companhia Sousa (2003, p. 4) cita:

A demarcação dos terrenos do Alto Douro em que o vinho de embarque devia ser produzido; A qualificação dos vinhos produzidos no distrito da demarcação, de primeira, segunda e terceira qualidades (este último, também designado por vinho separado); O controle da genuidade do vinho de embarque, impedindo a sua adulteração com vinho produzido fora da região demarcada; A taxação do vinho de primeira e segunda qualidades, de acordo com o volume da produção e a procura do

mercado, de forma a evitar a ruína dos lavradores, mas a garantir, também, o consumo.

A atuação de Pombal, no que tange à Companhia, deu-se com reuniões com os negociantes do Porto, a fim de delimitar e negociar a atuação desta, bem como fomentar que aqueles que estivessem neste mercado participassem desta instituição, tornando-a atrativa. Para atingir este objetivo, Pombal isentou a mesma de impostos, tanto na comercialização como na exportação dos vinhos, sendo esta companhia um dos principais marcos do período pombalino. Tal instituição teve papel primordial no desenvolvimento de cidades importantes portuguesas como Porto, Alto Douro e a região norte de Portugal.

Além desta, Pombal buscou aprimorar e defender a produção nacional face à estrangeira, procurando incentivar a produção manufatureira e o próprio comércio com a colônia. Para tanto, impôs monopólios para enfrentar a concorrência internacional. Também criou a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve em 1773, que efetuava a gerência da rede pesqueira na parte mais ao Sul de Portugal.

Nas políticas tributárias, Pombal criou isenções fiscais para o estímulo da manufatura para abastecimento interno e assim diminuir a importação de bens manufaturados. Também criou o Banco Real Português em 1751, modificou a taxaço de impostos e a centralizou na Real Fazenda de Lisboa, autarquia portuguesa responsável pela administração financeira, e da qual o banco detinha o controle diretamente.

Todas estas ações denotam o tom protecionista de Pombal, que considerava que o desenvolvimento econômico e a centralização da tomada de decisão eram os pontos-chaves que levariam Portugal a sair do atraso em que estava. Além disso, Pombal teve atuação principal como ministro da coroa e defensor máximo da monarquia. Villata (1999, p.154) afirma sobre a atuação do mesmo que:

Pombal, em linhas gerais, desenvolveu uma ofensiva absolutista, regalista e reformista, atacando tudo o que ameaçava a preeminência do trono e que entendia ser obstáculo à modernização que almejava. A domesticação da inquisição, a subordinação da nobreza, as reformas econômicas, sociais e educacionais, o combate aos jesuítas e o ataque às teorias corporativas de poder foram episódios interligados desta ofensiva, assim como a criação da Real Mesa Censória.

Conforme citado acima, a Real Mesa Censória teve o papel de criação e expedição de leis no contexto da reforma pombalina e era subordinada diretamente à Coroa. Além disso, possuía a função de unificação dos processos censórios, dentre os quais citamos a expulsão da Companhia de Jesus do comando da Universidade de Coimbra. O discurso que corroborou

com essa ação era baseado no fato de que o poder régio possuía origem divina e, portanto, inquestionável. Além disso, criou leis que balizavam a censura e a legitimava.

No que tange à censura, esta teve seu papel legado ao fato de conter os pensamentos radicalistas advindos das luzes e que pudessem pôr em xeque o absolutismo bem como o sistema colonial português. Para tanto, houve a publicação de vários editais que repudiavam tais ideais e coíbiam a circulação e publicação de materiais que contivessem as mesmas. Esta ação nos mostrava o caráter ambíguo e contraditório das reformas pombalinas e sua ilustração “regrada”.

Conforme já citamos, o período pombalino produziu reformas que tinham cunho político claro, com objetivo da manutenção e fortalecimento da Coroa: enfraquecer a nobreza, minimizar a autoridade do clero (conforme visto pela expulsão dos jesuítas) e o fortalecimento do mercantilismo português. Pombal, como estadista da coroa, criou leis de direito civil em contraposição ao direito canônico que estava em voga, instituiu a Mesa e a censura.

Todo este arcabouço foi produzido para racionalizar o Estado Português e desenvolvê-lo com o objetivo de superação do atraso observado à época. Pombal era visto com olhar crítico e reprovativo pela nobreza e clero devido às reformas por ele implementadas, mas, não há como negar que sua atuação foi condizente com sua proposta de fortalecimento estatal e, até certo ponto e por todos os dados apontados, pode-se verificar que ele o obteve com êxito.

A época das luzes (Iluminismo) na Europa trouxe profundas mudanças em diversos aspectos dos Estados nacionais, especialmente em relação a Portugal. É possível verificar que este Estado foi um dos expoentes das reformas que foram geradas graças a esta mudança com o pensamento iluminista.

O status de expoente do pensamento ilustrado ficou concentrado principalmente na França e Inglaterra, com esses estados desenvolvendo ideias de cunho social, político e econômico, fato este que traz um tom curioso, uma vez que na França as reformas propriamente ditas foram postas em prática tardiamente, com Luís XVI, em 1774.

O advento do pensamento iluminista em Portugal se deu por intelectuais lusos que, ao entrarem em contato com tais ideias em diversos países, as trouxeram para a sua própria realidade adaptando-as ao país natal. A este traço, podemos chamar de estrangeirado (Novais, 1994, p.1), fenômeno comum aos lusitanos à época. A princípio estes pensadores sofreram grande resistência a respeito das novas ideias que propunham e a isto se atribui a dois fatos: o atraso econômico e o isolamento cultural.

Em um panorama mais geral, estes fatos retardaram este processo de introdução do Iluminismo no Estado. Contudo, após um estranhamento de início, Portugal sofreu profundas mudanças e estas tiveram reflexos importantes tanto na própria corte como na colônia, posteriormente.

Devido a esta resistência, Portugal foi se tornando cada vez mais atrasado e decadente em relação às demais potências da época, e isto fez com que no século XVIII o tema se tornasse debate entre os intelectuais da época, que analisaram profundamente as causas e possíveis soluções para a situação. Sobre esta conjuntura de atraso e iluminismo retardatário D'alembert (*apud* Neto, 1997, p. 5) afirma

As universidades de Espanha e de Portugal, graças à Inquisição que as tiraniza, são muito menos avançadas; nelas a filosofia está ainda no mesmo estado em que entre nós esteve do século XII até o século XVII; os professores chegam a jurar que jamais ensinarão outras: a isto chama-se tomar todas as precauções possíveis contra a luz.

Esta análise teve continuidade pelos pensadores iluministas, como por exemplo, os memorialistas da Academia das Ciências que tiveram neste tema seu debate principal. Para que o mesmo fosse analisado com a Modernidade, era necessário vê-lo a partir da visão das práticas adotadas nos Estados europeus mais avançados que Portugal em relação ao Iluminismo. Com esse ponto de partida pautava-se que o objetivo central era o de sanar a questão retardatária portuguesa em relação aos demais.

A ilustração portuguesa foi de certa forma moderada – tanto no plano das ideias, bem como na implementação política e econômica, era necessário lutar contra o receio lusitano da mudança, porém com firmeza de pensamento. Uma fusão entre o novo que estava sendo proposto e as tradições, a exemplo da postura de Marquês de Pombal, que se manteve firme em um mercantilismo restrito.

Como primeiro ministro, a administração de Pombal objetivou o fortalecimento do Estado, e para atingir tal objetivo implementou uma profunda reforma educacional e pedagógica, com mudanças que tiveram profundos resultados principalmente na Universidade de Coimbra. Nesta, foi implementado um novo estatuto em 1772 que trouxe como pilar principal a observação e experimentos voltados para as ciências naturais. Atrelado a isto houve a criação das faculdades de Filosofia, Matemática e Medicina, que elevou a elite cultural portuguesa a um novo patamar. Sobre a universidade e suas mudanças Pombo (2015, p.2) afirma que:

O contexto de consolidação da Universidade em Coimbra coincide com o momento de ocorrência da Reforma e da Contrarreforma na Europa. Não cabe aqui uma discussão sobre o evento, mas ressaltar o aumento do número de estudantes europeus entre os séculos XVI e início do XVII. Tal fenômeno resultava da nova função da universidade como instituição de treinamento para o clero e para a crescente demanda das monarquias por funcionários formados em direito (BURKE, 2003: 29). Essa movimentação ampliou a abertura de empregos para professores universitários, e Coimbra atraiu mestres renomados, especialmente vindos da Bolonha, Salamanca, Florença e de Paris (MAGALHÃES, 1993, p. 539).

Com as reformas ocorridas, a Universidade de Coimbra tonou-se a maior expressão do espírito modernizador português (POMBO, 2015, p.7). Esse sentimento permeava todas as esferas da sociedade portuguesa e, para a coroa, o meio de consegui-la era a educação. Sobre as personalidades por ela formadas, Villata (1999, p.131) afirma que:

Do quadro da Universidade de Coimbra reformada saíram intelectuais como José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio de Morais Silva, Francisco de Mello Franco, Vicente Seabra Telles e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, todos eles luso-brasileiros. A biografia dos quatro últimos retrata os limites do reformismo ilustrado português: a preservação das estruturas repressivas por parte da Coroa; a timidez das ideias defendidas, algumas vezes oriunda da própria ação do absolutismo e, noutras ocasiões, definida pela estrutura social e pelos padrões de sociabilidade intelectual vigentes no mundo luso-brasileiro.

Para esta reforma ocorrer e remodelar as bases da universidade, houve intensa colaboração entre D. Francisco Lemos, reitor da instituição à época, e o Marquês de Pombal. Essa colaboração modificou o significado do diploma para os futuros letrados e neste sentido Pombo (2015, p.8) menciona que

(...) Devemos compreender o fato da reforma ter transformado a condição social dos que saíam com os novos diplomas universitários: antes de 1772, a formação universitária servia apenas para ratificar a condição social anterior ao ingresso; depois, o mérito somado à especialização oferecida pelos cursos passou a sobrepor-se ao princípio de diferenciação estamental, uma vez que foram criadas, por exemplo, cadeiras de prestígio para os "matemáticos", permitindo aos sábios o privilégio de admissão na fidalguia. (ARAÚJO, 2000, p. 38)

Com um ar mais científico, racional e moderno, a elite poderia servir de forma mais satisfatória a Coroa. O ápice pombalino teve sua máxima expressão com a criação da Academia das Ciências de Lisboa. Como cita Lambert (2017), essa instituição de ensino era representante das "luzes" setecentistas e a Academia das Ciências de Lisboa congregou naturalistas, literatos e outros intelectuais portugueses e estrangeiros, articulando Portugal aos demais círculos ilustrados europeus.

Fundada em 24 de dezembro de 1779 por João Carlos de Bragança e Sousa Tavares Mascarenhas da Silva e Ligne, a Academia de Ciências de Lisboa fez parte das reformas

implementadas por Pombal no sistema de ensino português. Este local formou literatos, naturalistas e vários outros intelectuais não somente portugueses como até mesmo brasileiros e estrangeiros de vários outros países.

Baseado nos ideais mercantilistas em um contexto de crise do Antigo Regime e, com os ares das luzes do reformismo ilustrado, a instituição, em conjunto com a Universidade de Coimbra, teve papel central na transmissão das ideias reformistas em prol da Coroa. Em termos de aprimoramento efetivo do conhecimento, estas instituições colaboraram para o aprimoramento da agricultura, tema este que com o tempo havia sido relegado para segundo plano, bem como novas formas de administrar as colônias lusitanas.

Sobre a importância e atuação da Academia, Lambert (2017) afirma que:

Em suma, a trajetória da Academia Real das Ciências de Lisboa e dos intelectuais que a compunham revela o lento processo de transformação daquela sociedade tradicional de Antigo Regime. No âmbito administrativo, cabe destacar a importância do processo de secularização do Estado português empreendido por Pombal, que acompanhou a aparição de novas categorias de homens letrados que não os eclesiásticos: administradores leigos, integrantes do aparelho burocrático em desenvolvimento, e os filósofos e cientistas. 16 Observa-se, na época pombalina, um processo de burocratização e especialização do Estado luso, com a profissionalização dos administradores que atuavam no Reino e nas colônias.

Essa reforma visava principalmente dialogar com o que se pensava e o que estava sendo produzido em relação aos demais países europeus, tornando o conhecimento adquirido mais acessível a uma camada maior da elite estudiosa lusitana. Apesar disso, ainda manteve-se uma conexão entre Estado, Universidade e Igreja e isto nos fica claro pela influência eclesiástica, por exemplo, com a imposição do cristianismo aos alunos, no quadro disciplinar na Universidade de Coimbra. Mesmo dando ênfase à difusão do saber, o Iluminismo português mostra a sua maior incongruência ao manter a religião como principal apoio para seu absolutismo monárquico. E devido a isto não conceder total autonomia para as instituições, tornando-as um campo de conflito de interesse entre as ideias propostas pelo iluminismo e a influência religiosa presente nos estudos ali desenvolvidos.

Como dito anteriormente a Academia das Ciências de Lisboa foi a principal responsável pelo aperfeiçoamento do pensamento político-econômico da época e foi onde estudaram os intelectuais portugueses objetos deste estudo, D. Rodrigo de Souza Coutinho e José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, cujas ideias serão analisadas nos próximos capítulos. A influência, tanto pombalina como do reformismo ilustrado, está presente na economia política e administrativa dos dois autores, porém cada um com suas especificidades.

### **3 D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO: O ESTADISTA DA COROA**

O período pombalino forneceu para a Coroa portuguesa peças chave ao seu reinado, e uma das mais importantes foi D. Rodrigo Domingos Antônio de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, que é considerado pela historiografia portuguesa<sup>5</sup> como um dos mais importantes políticos do reformismo ilustrado.

Nascido de família nobre em 03 de agosto de 1755, filho de D. Innocencio de Souza Coutinho, que também prestou serviços à coroa, tanto em Madri como em Angola, sob o cargo de governador no período pombalino, D. Rodrigo é o retrato da fusão de Portugal com o Brasil, devido a sua família materna ser brasileira e o próprio ser dono de capitania na colônia.

A origem de sua família remota a uma linhagem real, a do Rei Afonso III, que deu início a uma das famílias mais antigas, influentes e ricas de Portugal. Proveniente das participações nos intentos militares da época, acumularam terras, propriedades e honrarias, entre outros benefícios.

Além de D. Rodrigo, seu irmão D. Domingos Antônio de Souza Coutinho também trabalhou em prol da Coroa. Isto faz com que nos fique claro que, com menor ou maior grau de influência de suas propostas perante a Corte, isto advém das teias de relacionamento por estes cultivadas.

A atuação de D. Rodrigo foi de suma importância para a política portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Sua trajetória foi produto de sua educação impecável, que iniciou pelo colégio dos Nobres e passou para a Universidade de Coimbra, sendo um dos expoentes práticos da reforma pombalina, formando-se em Direito. O político teve fortes influências de suas viagens pelas cortes europeias, pois pôde verificar na prática a influência do Iluminismo, entrando em contato com o Liberalismo e seus pensadores, tais como Adam Smith, entre outros.

Todos estes fatores ficaram evidentes em suas propostas quando entrou para o governo lusitano. Sua trajetória como colaborador régio, que passou por setores importantes da administração real, teve início aos 23 anos de idade. Inicialmente foi enviado à corte de Sardenha, em 1778, como Ministro Plenipotenciário, cargo político de caráter diplomático. Neste período escreveu o “Projeto de Reorganização Territorial e Administrativa de Portugal”

---

<sup>5</sup> Esse título é conferido a Rodrigo de Souza Coutinho por sua atuação régia. Nos textos utilizados como base para esta monografia encontramos tal título conferido principalmente por Francisco Falcon, que é um grande intelectual com base de estudo na História Moderna e Contemporânea.

(Marques, 2002, p. 40), projeto este que já denotava contornos reformistas, devido a tudo o que observava das nações já em processo de Ilustração avançada.

D. Rodrigo viveu por quase 20 anos longe de Portugal. Foi em Turim, na Itália, onde observou os principais acontecimentos políticos no final do século XVIII, como a Independência das 13 Colônias Americanas, em 1776, e a Revolução Francesa, ocorrida em 1789. O fato de ter presenciado estes acontecimentos e sua vivência fora de Portugal, em contato com obras ilustradas, como, por exemplo, Montesquieu e Voltaire, que foram precursores do Liberalismo, e Quesnay, em relação à valorização da agricultura, tornou-o um estadista com projetos importantes, visando o progresso do reino.

Sua trajetória política trouxe-lhe notoriedade quando regressou a Portugal. Lá esteve no controle da Secretaria de Estado da Marinha, Domínios Ultramarinos e, posteriormente, do Erário Régio<sup>6</sup>, no período compreendido entre 1796 e 1803. Sobre as atribuições da secretaria comandada por D. Rodrigo Coutinho, Zaroski (2015, p.41) cita que:

Para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos eram destinados todos os despachos relacionados à expedição das armadas e frotas; a administração da Fazenda e dos armazéns; o provimento dos postos militares e officios da Marinha; o expediente dos passaportes dos navios; as ordens sobre os que entrassem; as dependências da Marinha; e as consultas, avisos e requerimentos remetidos à Secretaria. Estava ainda incumbida, das nomeações de vice-reis, governadores e capitães-gerais; de garantir os provimentos de todos os postos militares; e de administrar a Justiça, a Fazenda Real, o Comércio, o governo dos Domínios Ultramarinos e o Negócio das Missões.

Conforme visto, o estadista que controlasse tal órgão da coroa tinha em suas mãos grande responsabilidade e, como tal, possuía contato direto com o rei pois era um órgão executivo da vontade real (ZAROSKI, 2015, p.42). Devido à importância do cargo que possuía, D. Rodrigo angariou influência com o passar do tempo. A ele eram endereçadas as correspondências dos governadores das capitânias – em resposta, emitia os officios e portarias. Em suma, o comando das colônias era feito por meio deste órgão, e por meio de D. Rodrigo, que possibilitava aos governadores contato com o rei, para o qual repassava seus anseios e necessidades. Essa relação proporcionou ao ministro D. Rodrigo estreitar relações com as forças coloniais, devido ao fato de que os principais assuntos dos domínios ultramarinos passavam pelo seu aval (ZAROSKI, 2015, p.42).

Com o aprofundamento de suas observações, o estadista passou a elaborar trabalhos que envolviam questões para remodelar o reino como um todo – metrópole e colônias. Para

---

<sup>6</sup> O Erário Régio ou Real Erário foi uma instituição que era a principal autarquia da administração fiscal da Coroa portuguesa, criada com o objetivo de efetuar a gestão das contas públicas.

tanto, buscou informações a respeito das culturas produzidas, da natureza e da geografia das colônias. Seu objetivo era ampliar a produção local brasileira e cultivar no Brasil produtos que precisavam ser importados de outros lugares. Dentre estes produtos destaca-se o café e o índigo, entre outros.

No que tange às questões territoriais, ele considerava de suma importância conhecer os territórios lusitanos para que, dessa forma, tivesse maior controle do fluxo colonial e, por consequência, pudesse ter maior discernimento para determinar a taxação de impostos e criar táticas melhores de defesa militar.

Suas ideias reformistas trouxeram ao Brasil diversos intelectuais luso-brasileiros; a função destes seria coletar informações relativas à colônia, as quais seriam usadas para a construção de um novo formato de administração por parte do império português. Conforme cita Santos (2011, p.42), esse engajamento pode ser compreendido como um esforço de fazer coincidir seus limites e fronteiras. Devido à ameaça de invasão que Holanda e França, era fundamental demarcar a posição do Estado português na América perante os demais Estados europeus.

Essa preocupação foi tema central durante o século XVIII, sendo motivador da criação da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica por D. Rodrigo, a qual possuía a função de produção e revisão das cartas hidrográficas, topográficas e marítimas dos domínios ultramarinos (SANTOS, 2002, p. 46).

D. Rodrigo não se ateuve apenas a sua função, mas também contribuiu fortemente na política fiscal, na qual propôs diversas reformas, e onde se concentraram seus desafetos dentro do governo com outros estadistas, especialmente Ponte de Lima e Seabra da Silva. Esses empecilhos permeavam a participação política de D. Rodrigo, principalmente sua nomeação, a qual ocorreu por intermédio de uma convocação direta do príncipe, ao contrário dos demais ministros do governo, que foram nomeados pela rainha D. Maria I.

Conforme suas propostas percorriam diversos setores do governo, D. Rodrigo estava cada vez mais ciente de que possuía um contingente importante de desafetos na Coroa e estes o impediam de seguir adiante com as reformas que propunha. O intelectual atribuía essa conjuntura especialmente ao fato de que alguns importantes estadistas, como Ponte de Lima (do qual reclamou em diversas ocasiões ao príncipe a respeito de sua atuação frente ao Correio-mor), eram contrários a regência de D. João I e seus contatos políticos.

Importante denotar que D. Rodrigo era sobrinho de Pombal. A princípio pode-se levar a crer que foi um fator positivo em sua trajetória; no entanto, conforme cita Santos (2013,

p.114), esse fato impunha mais prejuízos à carreira de D. Rodrigo do que vantagens políticas: sua interferência em diversas áreas do governo era mal interpretada pela corte. Apesar deste cenário, D. Rodrigo trabalhava em prol do Estado e, acerca de sua atuação, afirma Santos (2013, p. 115) que:

As ações de D. Rodrigo visavam à criação de um equilíbrio harmônico entre os interesses da Coroa e a felicidade pública, uma forma de compreender a realidade social marcada pela noção de polícia tão característica das administrações nos estados reformistas europeus do séc. XVIII. O conceito tem nesse contexto uma função de criar uma nova ordem interna, estabelecida pela ação do Estado, com base no bem comum e público, que em Portugal só foi possível a partir do reformismo, momento em que se reuniram o "conjunto de meios (leis e regulamentos) através dos quais seria viável fazer crescer as forças do Estado, mantendo a boa ordem do Estado".

Após a morte de Pontes de Lima, D. Rodrigo assumiu o Erário Régio em 1800 e, apesar da relativa influência que já possuía junto à Corte, não conseguiu empreender totalmente sua agenda de reformas. Esse fato se deve principalmente pelo embate que travou com outro estudioso ilustrado, o Conde de Lafões.

Lafões era tio de D. João e, portanto, tinha grande influência sobre o regente. Isto fez com que suas exigências em relação à Corte fossem atendidas, enquanto mantinha sua postura crítica em relação as propostas de D. Rodrigo. Esse cenário modificou-se apenas após a Guerra das Laranjas<sup>7</sup>, que colocou sua capacidade de direção à prova e fez com que D. Rodrigo se sobressaísse como principal ministro do reino, refletindo diretamente sobre sua influência em relação ao Rei, mas principalmente frente o restante da Corte.

Em decorrência dessa influência, o político esteve por trás da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil quando da invasão francesa. A Corte Portuguesa chegou ao Brasil em sete de março de 1808 e, logo após, em 11 de março, o príncipe regente D. João VI nomeou D. Rodrigo como Ministro dos Estrangeiros e da Guerra.

Sua participação no processo foi importante e se deu por conta de sua sugestão para que a corte se transferisse para o Brasil e a cobrança do apoio do governo inglês no processo de transferência da Corte, de modo a materializar seu anseio de construção de um império colonial para Portugal. À frente deste cargo tornou-se de fato um chefe importante do governo, tendo sua atuação grande notoriedade em relação a de dois outros ministros: D. Fernando José

---

<sup>7</sup> Ocorrida no final do século XVIII foi um conflito armado que envolveu França, Espanha, Portugal e Inglaterra e que evidenciou a posição contraditória portuguesa, ora apoiando a Espanha e França, ora apoiando a Inglaterra. O Conflito foi iniciado em 1801 quando o exército espanhol derrotou facilmente o exército português que foi comandado pelo Conde de Lafões e que foi vista como fracasso perante o império lusitano.

de Portugal e o Conde de Anadia. A esse respeito, Hipólito da Costa (*apud* PAIM, 2009, p.1) afirma que “Os três ministros eram como três relógios. Um, D. Rodrigo, andava demais, adiantando-se; outro, D. Fernando José de Portugal, atrasava-se; e, o terceiro, o Conde de Anadia, andava sempre parado.”.

D. Rodrigo não apenas atendeu ao que lhe foi demandado – ele também imprimiu sua ideia de Estado juntamente com seu estilo, desempenhando-a em suas funções por quatro anos, até seu falecimento em 1812. O aparato teórico utilizado em sua agenda de reformas era vasto: compreendia, além da arte da observação dos momentos os quais presenciou, uma ampla gama de conhecimento das obras ilustradas da época, como autores do Liberalismo, entre eles especialmente Quesnay e Smith, tendo forte influência sobre seus trabalhos. Este embasamento teórico, do qual se valeu D. Rodrigo, sucederia a sua geração, demonstrando o caráter a frente de seu tempo do estadista.

A Fisiocracia<sup>8</sup> se fazia presente em D. Rodrigo – por um lado o estadista afirmava a máxima fisiocrata da valorização do trabalho da terra e de outro incorporou a crítica que estes sofreram em “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith<sup>9</sup>, pelo qual tinha grande admiração e que teve forte influência nas propostas de D. Rodrigo. Era um conhecedor profundo das obras de economistas franceses e de publicações em regiões da França que utilizava em busca de ampliação de receitas – estas também tiveram grande influência nas reformas fiscais propostas por ele.

Sobre suas principais leituras Coutinho (2002, p. 41) afirma que D. Rodrigo:

Teve contatos com as obras de Adam Smith (Riqueza das Nações), Cordocet, Necker, Turgot (Mémoire sur les Municipalités), com o reformista luso Antônio Nunes Ribeiro Sanches (Idéias patrióticas sobre a melhoria de nossa agricultura), D' Alembert e do Abade Raynal. Com este, pôde discutir sobre as desordens que havia no governo da França com relação às finanças do Estado, bem como sobre os gastos do governo francês, além de refletir com o abade sobre questões coloniais, principalmente sobre o Brasil, que era assunto de interesse de Raynal.

D. Rodrigo possui diversos trabalhos e em todos vê-se os traços da sua visão de Estado, bem como de suas leituras de ilustrados da época conforme citado acima, sendo um dos pontos principais as questões de organização da estrutura administrativa, políticas fiscais e

---

<sup>8</sup> Foi uma escola de pensamento econômica e filosófica datada do século XVIII que se baseava no conhecimento profundo e respeito às leis naturais. Esta priorizava a renda oriunda da terra e, considerava que a renda gerada por esta era a única fonte de riqueza verdadeira considerando as demais atividades produtivas como não criadoras de valor. Além deste fato foi uma escola marcada pela firme defesa do liberalismo econômico.

<sup>9</sup> Smith considerava o trabalho fabril criador de valor contrariamente a ideia pregada pelos fisiocratas, que consideravam que somente o trabalho empregado na terra seria criadora de valor/excedente econômico.

política monetária, dentre outros aspectos. Valendo-se dos conhecimentos adquiridos a partir destes autores, D. Rodrigo propunha caminhos para a superação da situação de atraso econômico de Portugal frente aos demais Estados europeus.

A influência do Iluminismo europeu e do Liberalismo era pungente em seu pensamento. Sua vivência fora de Portugal, bem como seu conhecimento de fisiocratas e de obras como a de Smith, tornaram-no um intelectual diferenciado com uma dupla visão: um lado mercantilista e outro “Pré-liberal”, ou seja, defendia uma maior liberdade econômica porém com vistas a aumentar a arrecadação da Coroa, considerando a manutenção por exemplo da relação Metrópole/colônia – Portugal e Brasil respectivamente. Seu reformismo pedia para uma mudança gradual, devido à resistência que foi imposta às suas propostas pelo conservadorismo das classes sociais lusitanas, que possuíam grande familiaridade e identificação com a economia política proposta por seus mentores, especialmente Smith.

Sua agenda estava alinhada com parte dos estadistas que permearam a sua época, e isso pode ser visto em exemplos como a questão sobre as causas que a influência da Igreja nos assuntos do Estado provocava (Discurso sobre a mendicidade<sup>10</sup>, publicada em 1787), além de outras situações que provocavam também a mendicidade que era fruto desta intrusão aos assuntos do estado. A respeito desse estudo, Santos (2009, p.6) afirma que:

As críticas feitas à igreja católica não significavam a defesa de um rompimento das monarquias européias com Roma. No entanto, sinalizavam para a importância do reforço do poder monárquico em relação a outros setores que disputavam a gerência da sociedade. Em busca de soluções que caminhassem no sentido de reforçar a autoridade régia, D. Rodrigo encontrou na Áustria, governada por José II, um modelo para se espelhar[...]D. Rodrigo notou que os Estados europeus eram hábeis em contornar a mendicidade de causa natural e religiosa, mas não conseguiam sanar a mendicidade resultante da legislação e da administração.

Este discurso, conforme afirma Santos (2009, p.7), é uma síntese das referências teóricas e dos princípios políticos defendidos por D. Rodrigo, ideias que eram de sua vontade implementá-las e adaptá-las em solo lusitano, visando o fortalecimento do Estado.

---

<sup>10</sup> Conforme cita Santos (2009, p. 4) essa obra foi inspirada no discurso filantrópico iluminista. Nesta obra D. Rodrigo preocupou-se em explicar diversas questões que envolviam a interferência da Igreja na condução dos assuntos do Estado. A principal questão abordada é em relação a origem da mendicidade a qual atribui causas como a natureza das pessoas, a interferência da religião e a forma de agir da sociedade com relação ao problema. Para tanto, D. Rodrigo faz na segunda parte deste trabalho um apanhado histórico para justificar seus argumentos.

### 3.1 MERCANTILISMO E COLONIALISMO: O TESOURO DA COROA

A preocupação com a América portuguesa centrou os debates portugueses no século XVIII, em especial para D. Rodrigo – a temática foi peça chave nos ideais deste estadista da Coroa. Para ele, era necessário, primeiramente, possuir plena concepção sobre seus territórios, para assim criar políticas que trariam conquistas consideráveis para o tesouro português.

O debate ampliava-se para além dos ganhos: a delimitação territorial tornou-se pauta pelas discussões diplomáticas em torno do Tratado de Madri (1750), que se valeu do princípio romano do *Uti Possidetis* (quem ocupa o território primeiro, possui direito sobre este) e que fomentou expedições para demarcação dos territórios e, posteriormente, demandou políticas para o desenvolvimento destas.

Diante deste cenário, e de questões diplomáticas<sup>11</sup> relacionadas à Revolução Francesa, D. Rodrigo externalizou suas preocupações através da “Memória sobre os melhoramentos dos domínios de sua majestade na América” (1797). Nesta análise, ele defende a ideia de que a política mais benéfica à Coroa é a que conservasse os vastos domínios do Império, por dois tópicos principais: uma unidade política que propiciasse uma tática eficiente de defesa militar, juntamente com a ocupação para povoamento, e a dependência econômica, a fim da manutenção do pacto colonial.

Através destes aspectos, ficou evidente que a exploração colonial era fator indispensável a promoção do comércio e da indústria portuguesa, formando uma estratégia com um centro de poder, o qual coordenava as diretrizes políticas da colônia: a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, comandada por Coutinho.

Naquele momento histórico, formou-se a chamada “geração de 1790” (Maxwell *apud* SANTOS, 2011), composta por um seleto grupo de letrados que elaboravam a base da teoria política implementada pela Secretaria. Contudo, quem as colocava em prática de fato eram os governadores das capitanias.

Como a colônia possuía forte viés agrícola, D. Rodrigo fomentou-a como base de seu ideal de criação da unificação política. Sua defesa girava em torno da manutenção do mercantilismo para a colonização que, ao aumentar a diversificação agrícola, e com a sua produção em grande escala, serviria como enriquecimento da metrópole. Produto do movimento pombalino, D. Rodrigo fazia jus ao projeto do Iluminismo, o qual girava em torno

---

<sup>11</sup> A questão da sucessão do trono espanhol, a Ascensão territorial do Império Francês e a pressão Inglesa – são essas três questões que geraram problemas diplomáticos a Portugal, vista como traidora pelos espanhóis e fortemente influenciada pela Inglaterra a tomar o partido que esta lhe determinava nos conflitos.

da busca por novas formas de enriquecimento da Coroa para além do movimento ultramarino, este já firmado anteriormente e que já não produzia a arrecadação antes verificada.

Para alçar tal objetivo D. Rodrigo pôs em prática um conjunto de medidas, conforme cita Santos (2011, p. 3):

Pensar na agricultura como principal meio de aumentar as finanças do reino, aproveitando uma conjuntura favorável ao crescimento, envolvia criar medidas de incentivos como a isenção ou redução da carga fiscal para os gêneros produzidos, eliminar monopólios, estimular a aclimação de novas culturas, implementar melhorias técnicas, estabelecer uma rede de comércio intercolonial, ou, ainda, pensar soluções sobre a distribuição e a produtividade das terras.

A ideia de progresso fortemente presente nas medidas elaboradas por D. Rodrigo entusiasmava os governantes locais. Assim, o estadista não poupou esforços ao mobilizar um grande contingente de estudiosos da época em sua força tarefa. Estiveram envolvidos neste processo principalmente aqueles que se encontravam na Academia de Ciências de Lisboa, com produções memorialísticas do levantamento topográfico da colônia e impressão de livros que mostravam gravuras dos cultivos, bem como das novas técnicas agrícolas a serem implementadas.

Sobre essa força tarefa Coutinho (2002, p.96) afirma que

D. Rodrigo e os intelectuais da academia viviam sob os auspícios e tutela do absolutismo, que esteve voltado para manutenção das tradições, ou seja, a tradição monárquica com predominância para a valorização da hierarquização, diferente das novas ideias das Luzes; as maneiras liberais de conhecer a organização política, econômica e social aí foram discutidas numa tentativa de serem viabilizadas desde que fossem úteis ao Estado.

Dessa forma, buscava-se a disseminação dos novos conhecimentos para desenvolver as produções de algodão, cana-de-açúcar, tabaco e especiarias, entre outros trazidos de fora para serem cultivadas no Brasil.

Essas obras foram fortemente divulgadas na colônia, em especial pelo governador de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o qual fez propaganda dos trabalhos, incentivando seus funcionários a usarem os livros para o desenvolvimento das lavouras de açúcar. Estão entre essas obras títulos como “Arvores açucareiras”, “Assucares do Rio”, coleções inglesas sobre a cultura do cânhamo, “Cultura das batatas”, “Cultura da Canela de Goa”, “Edições rurais”, além de diversos tomos de “Fazendeiro do Brasil”, todas com foco no melhoramento dos cultivos agrícolas. Com todas estas ações fica evidente o esforço empregado por D. Rodrigo na manutenção e melhoramento da exploração na colônia, o que

reflete a preocupação mor do mesmo com a arrecadação e seu ideal de unidade para o Império português.

Além disso, D. Rodrigo visava prover uma saúde financeira ao Império, pois era temeroso de um conflito armado com a Espanha, conforme alertado por Smith em “A Riqueza das nações”: para o pensador, em tempos conflituosos, é extremamente difícil manter uma colônia de forma a manter a sua hegemonia (SANTOS, 2011, p. 9).

Após a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, os estudos cartográficos produzidos pela força tarefa de Coutinho delimitaram a matriz espacial que foi fixada no início do século XIX. Essa estratégia de delimitação do território português proveio a manutenção da unidade territorial, que mais tarde veio a tornar-se o Império do Brasil. Sobre este processo, e a importância da estratégia de D. Rodrigo, afirma Kantor (2010, p. 5)

Vista deste ângulo, a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro criou um novo horizonte de expectativa para as elites lusoamericanas. Se por um lado, a presença da Corte portuguesa aprofundou o processo de diferenciação interna das elites e a regionalização dos interesses (contingenciamento da mão de obra e ocupação de terras indígenas); por outro, os profissionais da cartografia atuaram como mediadores entre os interesses do poder central junto aos interesses locais, ao projetarem a matriz espacial do futuro Estado, levando em conta às dinâmicas territoriais articuladas não apenas dentro, como também fora do continente sul-americano.

Em muitos momentos do relatório fica evidente a contradição de Coutinho: de um lado, a manutenção das colônias como fonte de receitas para a metrópole, concomitantemente ao pacto colonial, e de outro, a abertura comercial implícita nos ideais provenientes de Adam Smith, seu mentor intelectual.

Essa visão de sistema de províncias, com interdependência econômica e com posição de colônia, para D. Rodrigo, tinha por objetivo a união e consolidação das muitas e distantes partes da monarquia. Esta faria com que um português<sup>12</sup>, nascido tanto na metrópole como na colônia, tivesse esta visão de que é um português de fato, o que, em tese, anularia um sentimento separatista, aumentando o pensamento de defesa da Coroa e o pertencimento a esta.

Este aspecto reafirmaria a posição da Coroa Portuguesa para que, na visão da colônia, esta possuísse a hegemonia sobre seus territórios. Este pensamento tinha em si mesmo certa tensão, pois, há tempos os colonos já demonstravam insatisfação para com a metrópole, mas tal política garantiria ao Império português, ao menos de forma simbólica, uma posição de

---

<sup>12</sup> Na prática o nascido na colônia era colono e não português, a tática implementada era justamente para que não surgisse o sentimento separatista que incitaria revoltas.

grandeza monárquica. O amplo conhecimento da colônia, adquirido através dos estudos empregados, bem como de sua teia de conexões com os governadores das capitanias, proporcionou a D. Rodrigo um leque de possibilidades de estratégias para fortalecer o Estado e colocar em prática suas políticas.

Em suma, seus ideais colonialistas e mercantilistas visavam o fortalecimento do nacionalismo da colônia para com a Coroa e a busca por incentivos em torno do pensamento utilitarista, que corroborou nas conexões que este criou tanto com a elite (através dos letrados da Geração de 1790) bem como os governantes das capitanias.

Todas as suas ações obtiveram certo grau de sucesso e lhe concederam grande prestígio perante o Rei, tornando-o peça importante para a historiografia portuguesa. Esse caráter do estadista evidenciou sua defesa mercantilista e colonial em sua agenda. Nesse sentido, Coutinho (2002, p. 105) afirma que

D. Rodrigo foi um homem que se dedicou a defender a fazer prosperar a monarquia; dedicou-se, junto com os reformistas ilustrados, à elaboração de um conhecimento útil sobre o Brasil. Sua atuação como ministro permitia que ele pudesse encaminhar medidas para o andamento das reformas visando sempre a manter e a proteger a monarquia bem como seus domínios.

Por todos estes aspectos, Coutinho foi uma figura profundamente comprometida com a monarquia portuguesa, e por isso pode se afirmar que havia grande persistência dos ideais mercantilistas em sua pauta de reformas para a colônia. As memórias produzidas à época foram extremamente importantes para o seu plano de atuação, assim como atualmente são utilizadas na compreensão da atuação dos ilustrados lusos brasileiros, contribuindo para uma análise detalhada deste período.

Os domínios portugueses foram objeto de análise de outros ilustrados portugueses. Cabe aqui citar também que políticas coloniais estavam fortemente presentes nas análises do Bispo Azeredo Coutinho, que adiante será retratado de forma mais aprofundada. Apesar desta forte atuação, a principal contribuição de Coutinho se deu na questão tributária e é este o tema do tópico adiante, dando maior ênfase ao seu caráter a frente de seu tempo, evidenciando o seu lado liberal.

### **3.2 A QUESTÃO TRIBUTÁRIA E OS DESDOBRAMENTOS FISCAIS**

A questão tributária era pauta central nas reformas propostas por D. Rodrigo; porém, muito antes de estar à frente do Erário Português, o político já se fazia presente nas discussões em torno da pasta. Este, portanto, é o recorte deste tópico, explicitando sua atuação com base

nos conhecimentos adquiridos em suas viagens pelas cortes da Europa Ocidental e, posteriormente, sua atuação à frente do Erário Português.

O fluxo aurífero proveniente do Brasil, bem como do Tratado de Methuen, mudaram de forma brusca a questão monetária portuguesa. Nesta época, ocorreram grandes saídas de remessas de Portugal para o pagamento das dívidas externas contraídas devido aos embates militares por eles travados, como por exemplo a Guerra das Laranjas ocorrida em 1801. Esses eventos culminaram, um século mais tarde, na grande perda de ouro pela Coroa, além do fato do Tratado ter deteriorado a manufatura tão incipiente à época. Com isto, a moeda passou a possuir papel relevante na análise de D. Rodrigo, o qual teve forte influência das ideias liberais ainda nascentes. Sua participação nesta pasta foi controversa, tendo inclusive embates com outras figuras importantes da época, como Pontes de Lima, que até então era quem estava à frente deste órgão vital para a saúde financeira da Coroa.

O cenário não era favorável para Pontes de Lima, conforme cita Santos (2013, p.109)

Sem julgar a competência de Pontes de Lima em gerir os assuntos fazendários do reino, o fato é que os primeiros anos à frente da pasta dos Negócios da Fazenda não foram fáceis. As turbulências na política externa, o envolvimento de Portugal nas campanhas do Rossilhão e da Catalunha(1793-1795), obrigou a abertura por Decreto de 29 de outubro de 1796 de um empréstimo de 10 milhões de cruzados, ao juro de cinco por cento, que viria a ser ampliado para 12 milhões de cruzados, ao juro de seis por cento, por meio do Alvará de Março de 1797, medidas que abriram caminho para no ano seguinte o Erário Régio abrisse a circulação de papel-moeda no reino. O grande vulto das operações de crédito obrigou a criação de formas de amortizar as apólices do Tesouro, criando-se para essa finalidade a Junta Provisional do Erário Régio (1799); instituem-se também tributações novas, como a décima eclesiástica e o quinto dos bens da Coroa, bem como a tributação das comendas das ordens militares.

Essa política de crédito foi extremamente prejudicial à saúde financeira de Portugal e, devido a isto, gerou diversos debates, dos quais D. Rodrigo participou ativamente. O político estava à frente de uma das pastas que mais dependiam do bom funcionamento do Erário e, em razão disso, quando de sua posse, ele reportou seu diagnóstico sobre as finanças da Coroa a Pontes de Lima.

Neste documento, Coutinho atestava a insuficiência de recursos e, principalmente, das fontes de tributação, contextualizado por um momento conturbado em meio a conflitos militares nos quais tais gastos só poderiam ser cobertos por fundos que os suprissem de forma satisfatória. D. Rodrigo apontou que estes fundos, por serem grandemente limitados, levaram ao fato de que a Coroa precisou se valer de empréstimos como suplemento a estes fundos e, dessa forma, era necessário procurar alternativas para esta conjuntura.

Como solução, apresentou a necessidade de restabelecer o crédito público, pois desta forma a Coroa teria uma receita que a possibilitaria ter meios para pagamento dos juros da dívida pública, de modo a não recorrer para estabelecimento de novos impostos para cobrir a dívida pública. Esta medida acarretaria uma dívida interna que seria suprida através do subsídio da décima parte dos bens eclesiásticos<sup>13</sup>, das comendas<sup>14</sup>, bens da Coroa e ordens, tenças e pensões, criação de impostos sobre criados<sup>15</sup>, melhores cobranças sobre vinhos e outras bebidas além da reaquisição do Correio-mor para a Coroa (SANTOS, 2013, p. 110).

Além desta proposta, Coutinho analisou profundamente a questão monetária da Coroa, efetuando diversos apontamentos e formas de contornar as dificuldades que lhes eram apresentadas. O papel-moeda para Coutinho possuía dupla personalidade, pois, para ele, era um substituto dos metais preciosos, que deveriam ser tanto poupados nas trocas internacionais como também realocados para o comércio interno.

Tais ideias surgiam diretamente da obra de Smith. Nesse sentido, a substituição de metais preciosos por papel-moeda seria menos custoso para o comércio, gerando um aumento dos lucros obtidos e, por consequência, da renda da nação (AIDAR, 2017, p.7). Sua convicção se dava pelo fato de que, nas obras de Smith, o papel-moeda e a moeda metálica seriam proporcionais e representariam a renda total da nação e o produto geral do comércio, e a circulação dessas moedas ligadas principalmente a uma riqueza dita real.

Devido a isto, para D. Rodrigo, a emissão sem controle de papel moeda somente traria descrédito e desvalorização dos bilhetes (AIDAR, 2017, p. 7) e levaria ao desaparecimento dos metais preciosos de circulação, pois estes eram sinônimos do preço de todas as mercadorias. A ideia era de que essa emissão deveria ser feita de forma racional e controlada, ou seja, feita de forma a manter certa quantia de metais em circulação evitando a escassez do mesmo. D. Rodrigo determinava que esta quantia deveria ser equivalente a 1/5 da quantia de metais em circulação e deveria ser feita por ministros ilustrados, portanto dotados de habilidade e racionalidade.

Assim fica clara a dubiedade de seu pensamento: se por um lado ele considerava os metais preciosos sinal de riqueza, e afirmava que esta deveria circular conforme a necessidade

---

<sup>13</sup> Bens pertencentes à Igreja, parte da arrecadação de todos os bens da igreja iam para a Coroa como forma de tributação.

<sup>14</sup> Era um benefício e uma honraria concedida a eclesiásticos e cavaleiros em forma de terra doada a estes por seus bons serviços prestados ao Império, ficando o agraciado incumbido de zelar por esta e a remeter parte da produção desta em forma de tributo à Coroa.

<sup>15</sup> Em suma, as dívidas externas seriam supridas pelas internas, o crédito seria fomentado pelos tributos arrecadados das categorias supramencionadas.

apresentada, por outro, apontava que na ausência desta, a emissão do papel-moeda deveria reduzir-se de maneira a representar mais fielmente a riqueza que estas possuíam.

O estadista mudava, assim, a relação de causalidade entre riqueza e metais preciosos, pois para ele os metais em circulação eram produto da riqueza de uma determinada nação, e não a sua acumulação gerava a riqueza do Estado, contrapondo-se ao mercantilismo à época praticado.

As sugestões de sua análise estavam pautadas também em obras de escritores como Necker<sup>16</sup> e Price<sup>17</sup>, entre outros, além do próprio Smith. D. Rodrigo argumentou com a Coroa, apresentando como exemplo de sucesso de medidas de controle algumas economias europeias, como a Grã-Bretanha. Além do diagnóstico, D. Rodrigo enviou juntamente um projeto que explicitava a criação de um banco público para o provimento de crédito, e que desta forma se poderia administrar de forma mais eficiente a dívida pública. Sobre esta proposta Aidar (2017, p.19) comenta que

Segundo o embaixador português, um banco público seria útil para facilitar o comércio, reduzir os juros, financiar o Estado, realizar empréstimos para objetos de utilidade pública e servir de caixa de depósito aos comerciantes. Vê-se bem que a proposta desejada por Souza Coutinho buscava tanto servir ao financiamento do Estado quanto ao financiamento do comércio.

Tais propostas foram recusadas por Pontes de Lima, ao que tudo indica por intrigas entre ambos. Dessa forma D. Rodrigo apresentou uma representação junto ao príncipe regente, no qual reportava o descuido de Lima para com o Erário. Diante disso, D. Rodrigo empregou esforços no sentido da extinção dos metais preciosos como papel-moeda, pois esta, ao lado dos problemas com a baixa arrecadação, era os maiores “males” em relação à boa manutenção do Reino. Por estes fatos, o estadista valeu-se de obras de pensadores franceses e ingleses para justificar o sucesso britânico, alegando que esse modelo creditício e de policiamento fiscal deveria ser perseguido por Portugal para alçar grandes ganhos.

---

<sup>16</sup> Jacques Necker (1732-1804) economista e político encarregado da economia durante o reinado de Luis XVI na França. Seu principal trabalho e que inspirou o de D. Rodrigo foi o Ensaio acerca da legislação e o comércio de grãos.

<sup>17</sup> Richard Price (1723-1791) filósofo, político e ministro da igreja da Inglaterra. Pregava uma revisão liberal nos dogmas morais em meio ao conservadorismo que vigorava na Inglaterra, sua principal obra foi *Review of the Principal Questions in Morals*.

Tal abordagem deixava evidente a mescla de pensamentos econômicos para além do Mercantilismo, juntando a Fisiocracia, Cameralismo<sup>18</sup>, e por fim o Liberalismo para a compreensão da saúde financeira e dos planos de ação públicas junto à realidade estabelecida.

Outra figura que teve forte embate com o estadista foi José Seabra da Silva. O debate se deu na questão da ocupação do posto de Correio-mor, notadamente em torno da forma que a Coroa utilizaria para recuperá-lo, pois esta estava sob a posse de particulares à época, além de que a nomeação de D. Rodrigo ser polêmica devido ao mesmo ter sido indicado pelo regente.

D. Rodrigo propunha aos atuais detentores do correio-mor uma renda anual de 30 mil cruzados e um título de conde, porém no final da negociação o acordo firmado acertava uma renda anual de 40 mil cruzados em forma de um bem territorial, comenda ou título da dívida pública, juntando a tudo isto uma pensão vitalícia. Tal acordo demorou a ser validado – segundo D. Rodrigo, este atraso se devia ao fato da demora de Seabra tramitar o mesmo. Esta postura foi duramente criticada por Coutinho pois tratava-se de assunto de suma importância para o Erário. A respeito desta questão D. Rodrigo representou junto ao regente conforme cita Santos (2013, p. 114)

Dorme novamente nas mãos de José de Seabra a conclusão do que se determinou e ajustou sobre a extinção do ofício de Correio-mor, e tem este procedimento dois fins: o 1º manter o sistema que sempre seguiu de desacreditar um tão Augusto Príncipe, e tão adorado pelos seus ditosos vassalos, fazendo ver que ele obedece quando quer, e que nada tem que temer; o 2º de mostrar ao público que o negócio se não conclui porque eu ajustei por ordem de Vossa Alteza Real, e fazer o contrário de tudo o que eu proponho como útil ao real serviço (...)

A dificuldade de D. Rodrigo em ter uma voz ativa e representativa era um empecilho a sua agenda, pois era sobrinho de Pombal (o que desagradava à Corte) e era visto como marionete do príncipe regente, sendo esta situação amenizada com a morte de Pontes de Lima e com sua nomeação para o Erário. Após este fato, D. Rodrigo passou a apresentar uma gama de ideias no sentido de firmar novas bases para a questão tributária portuguesa. Seu objetivo era obter novas formas para arrecadar o excedente econômico da colônia e com isto angariar novas receitas para a Coroa.

Para a formulação destas ideias, o estadista utilizou os conhecimentos adquiridos do liberalismo econômico das obras de Smith e dos fisiocratas da época, além das reformulações

---

<sup>18</sup> Modelo de administração que diz respeito a gestão das finanças do Estado, no caso de D. Rodrigo aplicava-se o cameralismo em relação a burocratização da máquina pública, ou seja, ligada ao aumento de eficiência das esferas do Império através da fiscalidade de todas as atividades econômicas empregadas no reino.

observadas durante sua passagem nas cortes europeias. Sua base de ação era uma colônia com excesso de tributação, fato que era principal motivo das revoluções ocorridas nas mesmas neste período. Com isto foi atribuído grande relevância para o tema em sua agenda de reformas.

Para iniciar seu plano reformista, D. Rodrigo deu início a estudos do Reino, e estes estudos permitiram ao estadista ter uma ampla visão fiscal, em termos de gasto e de receitas. Isto possibilitou a elaboração de suas propostas. Os altos tributos constituíram o grande estopim da Revolução das 13 Colônias na América do Norte. Este fato teve grande importância para Coutinho, pois as notícias de independência na colônia britânica refletiam como um incentivo na colônia lusitana da América do Sul em trilhar o mesmo caminho.

Sobre as cobranças aqui praticadas nesse contexto de tensão metrópole-colônia cita Aidar (2011, p. 2) que

Na América portuguesa, a cobrança compulsória das dívidas do quinto do ouro foi tradicionalmente associada à Inconfidência Mineira, embora uma análise mais apurada tenha demonstrado os interesses particulares dos contratadores de impostos envolvidos na revolta. No caso da França, a crise financeira da década de 1780, ironicamente agravada pelo endividamento com os gastos da ajuda americana, exigiu reformas fiscais que derogassem os privilégios da nobreza e do clero; porém, a convocação dos estados gerais foi seguida pelo aumento das demandas do terceiro estado e pela ruptura dos espaços de negociação que sustentavam a monarquia.

Esse contexto de tensão foi tema central entre os ilustrados portugueses, em especial nos escritos econômicos de D. Rodrigo. Sua crítica ao sistema vigente pautava-se nos entraves que prejudicavam o crescimento econômico da colônia e que trariam como consequência o crescimento do Reino. As ações de D. Rodrigo sempre visavam a proteção da Coroa, e eram marcadas pela mesma característica dos demais estados ilustrados europeus, ou seja, um equilíbrio entre os interesses da Coroa e da sociedade portuguesa.

Ao analisar o peso tributário em 1801, D. Rodrigo, então ministro da Fazenda, indignou-se ao perceber como a distribuição dos impostos era efetuada, o que causava grande disparidade. Sua recomendação propunha uma regulagem da carga tributária de modo a torná-la menos desigual.

Sua proposta pautava-se na descontinuidade de alguns impostos que, na sua visão, poderiam ser reformulados, readequando as cobranças para cada vassalo do Reino. Em sua concepção valeu-se do argumento das grandes famílias que mandavam filhos para o ordenamento. Isto fazia com que seus bens fossem destinados à Igreja e, para o estadista,

todas as esferas da sociedade deveriam arcar com o ônus do Estado, sendo, portanto, isentos de quaisquer privilégios que a determinada classe pudesse ser atribuída.

Pode-se, em alguma medida, atribuir esta visão de Coutinho àquela partilhada por Pombal em relação ao clero, como as críticas à ociosidade e a inutilidade dos seus membros, bem como a grandeza de seus bens e os privilégios fiscais que a Igreja possuía de longa data. Essa determinação pela igualdade fiscal em Coutinho denota-se de duas visões: uma em relação à própria desigualdade social em si, e outra relacionada ao que tal desigualdade gerava para a Coroa.

No que tange à questão da desigualdade, D. Rodrigo considerava que tributar desigualmente a população geraria um aumento da mendicidade na metrópole, gerada pela alta carga atribuída a classes menos abastadas. Já em relação ao produto gerado para a Coroa, o estadista argumentava que a mendicidade gerava uma demanda por mais guardas nas ruas e esta, por sua vez, gerava um maior custo de funcionalismo para o governo.

Outro aspecto amplamente debatido por Coutinho é em relação à tributação do luxo. Para ele, dever-se-ia, além de afastar a desigualdade e incerteza da cobrança, buscar impostos que recaíssem sobre o consumo de luxo e sobre os extratos mais altos da sociedade lusitana. Com relação à exigência efetuada na colônia, D. Rodrigo adotava um discurso semi-progressista<sup>19</sup>, ou seja, sua visão era a de que para ocorrer fomento da agricultura era necessário “afrouxar” os tributos pagos pelos colonos.

Sobre o programa adotado por Coutinho, Aida (2011, p.8) afirma:

O programa reformista na agricultura apoiava-se principalmente na redução dos impedimentos fiscais que oneravam a produção. Além das sugestões de construir as estradas para comunicação interna, dos canais de navegação e de rega, de utilizar o estrume como adubo e de abolir dos foros e dos morgados, havia a necessidade de diminuir o dízimo.

Para ele, o dízimo deveria ser proporcional ao produto, e não à renda. Tal mudança serviria para elevar a agricultura portuguesa para o mesmo patamar das demais nações europeias que há muito não mais adotavam esta tributação. Coutinho argumentava que para substituir o dízimo na questão das terras poderia ser aplicado um imposto territorial único – isto traria maiores arrecadações para a Coroa por recaírem em maior volume sobre os grandes proprietários e eliminaria este recurso do clero.

---

<sup>19</sup> O termo foi empregado neste trabalho para designar o forte viés de D. Rodrigo com relação ao avanço da produção através de incentivos fiscais (diminuição da taxa sobre os produtores).

A tributação excessiva sobre terras era vista por Coutinho como o principal entrave à agricultura. Para ele, esta alta carga de taxas desestimulava os produtores, levava a uma menor produção e, por consequência, menor arrecadação. A despeito destas reflexões afirma D. Rodrigo (*apud* Aïdar, 2011, p. 9) ao Rei que

Se as terras pagassem só a décima da renda livre ao soberano, este tributo seria o mais doce possível: mas como as terras pagam ao mesmo tempo as jugadas de que o soberano não colhe fruto algum, pois são dadas a particulares, e os dízimos, que em Portugal se percebem mais fortemente que em nenhuma outra parte, e que vêm a ser realmente a quarta ou quinta parte da renda, segue-se naturalmente que somando estes três impostos o peso chega a ser tão forte que a agricultura não pode prosperar.

Em sua visão, portanto, a principal tributação que era tida como nociva era o Dízimo, que prejudicava a agricultura e seus produtores, mas também prejudicava a indústria da seda – esta última pagava o dízimo sobre os casulos. Era necessário abolir tal tributo e substituí-lo por equivalentes que beneficiassem a Coroa. Tal visão claramente inspirava-se em suas experiências fora de Portugal onde tais tipos de tributos eram excluídos pelos governos, a fim de aumentar a arrecadação do governo.

Fora a experiência externa, atribui-se sua opinião sobre a taxaço também a Smith, principalmente na investigação das fontes de riqueza da sociedade (renda da terra, lucros e salários). Os pontos explicitados por Coutinho se assemelhavam aos que Smith elenca para a tributação (*apud* Aïdar, 2011, p. 10)

I. Os súditos de todos os Estados devem contribuir para a manutenção do governo, tanto quanto possível, em proporção das respectivas capacidades, isto é, em proporção do rédito que respectivamente usufruem sob a proteção do Estado. [...] II. O imposto que todo o indivíduo é obrigado a pagar deve ser certo e não arbitrário. [...] III. Todo o imposto deve ser lançado no tempo ou modo mais provável de ser conveniente para o contribuinte o pagar. [...] IV. Todo o imposto deve ser arquitetado tão bem que tire o mínimo possível do bolso das pessoas para além do que traz para o erário público.

A agenda de reformas propostas pelo estadista não eram ideias originais, mas, adaptadas de seus conhecimentos progressos dos escritos iluministas. No entanto a sua importância se deve ao fato da maestria com que moldou tais ideias à realidade portuguesa. Coutinho procurou aumentar a eficiência tributária, tanto na metrópole como na colônia, trazendo um fisco mais brando a esta última. D. Rodrigo atribuiu a melhoria das finanças régias ao seu programa de diversificação da agricultura e das novas concepções liberais e fisiocratas que diminuíram consideravelmente o arrocho fiscal colonial.

A ideia por trás dessa diminuição era a de que o crescimento econômico da colônia renderia frutos positivos à metrópole, novamente dando um tom de preocupação com a boa

manutenção estatal. Essa ideia partia da questão da arrecadação, pois, se os ganhos coloniais fossem diminuídos por uma taxação excessiva, traria por consequência uma menor arrecadação para a Coroa – uma ideia claramente inspirada na visão fisiocrata, que defendia a ideia a não afetação dos capitais dos proprietários de terras.

Essa não taxação traria ganhos maiores ao Reino indiretamente, pois seria um estímulo para o crescimento das fontes geradoras de renda em oposição à política fiscal punitiva que gerava impactos negativos à arrecadação. Este aspecto de sua atenuação denota um pensamento de longo prazo, substituindo ganhos momentâneos com alta tributação, por uma versão mais branda e sustentável que geraria retornos ao longo do tempo.

No que tange a sua perspectiva de tributação do luxo, Coutinho apresentava tom severo. Para ele a taxação de escravos de luxo (aqueles que não eram empregados na lavoura), por exemplo, deveria ser pesada uma vez que esta categoria não era empregada no crescimento econômico. Essa ideia denota o tom buscado por sua administração, uma mescla de fiscalidade com vistas à ilustração e a noção de fomento econômico para com o Reino como um todo. Sua preocupação não se dava apenas em relação à metrópole, mas às colônias também, pois sabia da importância para a mesma na manutenção do Estado português.

Com base nas projeções de D. Rodrigo fica evidenciado esse importante papel da colônia, conforme cita Aidar (2011, p. 13)

Em 1799, com base nas projeções de D. Rodrigo, considerando todas as medidas tributárias e de crédito no reino e no ultramar que poderiam render 25 milhões de cruzados ao Estado português, a colônia seria responsável por cerca de 10 milhões, ou seja, 40% da receita esperada pelos monopólios sobre o tabaco (3 milhões), diamantes e pau-brasil (menos de 4 milhões), direitos de importação e exportação do reino e do Brasil (2,1 milhões), a moeda provincial em Minas Gerais (600 mil) e os novos impostos no Brasil (300 mil). As contas de D. Rodrigo misturam rendas da metrópole e do ultramar, mesmo assim é plausível que as receitas coloniais representassem por volta de 30% do total estimado.

Essa preocupação, junto com o controle das finanças coloniais, esteve sempre entre os pilares da atuação de D. Rodrigo à frente do Erário Régio. Os esforços empregados na organização contábil bem como o controle fazendário trouxeram à administração portuguesa uma clara visão dos pontos a serem reformados.

Por tudo o que foi apresentado, e pelas visíveis consequências de seu reformismo, é que a historiografia econômica portuguesa lhe confere um grande grau de importância. Seus projetos não tiveram tempo o suficiente para apresentar sucesso total, porém a influência de suas ideias fora em certa medida passadas adiante por seus sucessores.

Em suma, a atuação de D. Rodrigo referente à administração de assuntos de suma importância para a Coroa portuguesa visava o fortalecimento estatal de Portugal e englobava algumas das áreas mais importantes do Reino. Para alcançar os objetivos por ele defendidos ocorreram atritos que, conforme visto ao longo do capítulo, ocorreram principalmente por conflitos de interesse entre ele e os demais estadistas e intelectuais que atuaram à época.

Sua motivação o levou a adquirir um profundo conhecimento da máquina pública, seja no âmbito econômico mais precisamente em relação ao seu reformismo fiscal, bem como em relação às interações da metrópole com suas colônias, sejam estas comerciais e/ou tributárias.

#### 4 JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA AZEREDO COUTINHO: UM BRASILEIRO DEFENSOR DE PORTUGAL

A vida e a trajetória do Bispo Azeredo Coutinho são conhecidas pela historiografia tanto de Portugal como no Brasil. Último inquisidor-mor, Bispo de Olinda e deputado nas cortes de Lisboa, teve uma atuação marcada pela defesa do Antigo Regime, porém já influenciado pelas luzes.

Nascido em São Salvador dos Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, em oito de setembro de 1742, filho de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel e Isabel Sebastiana Rosa de Moraes. Sua família era de grande importância na região: seu pai era um grande produtor de açúcar e sua mãe filha do Capitão-mor e governador de Campos Antônio da Cunha Falcão.

Azeredo sempre teve apreço pela vida eclesiástica, e manifestava a intenção de ingressar na carreira, o que em boa medida preocupava seu pai que planejava que este tocasse os negócios da família. Em 1748 mudou-se para o Rio de Janeiro onde iniciou seus estudos em Retórica, Filosofia e Teologia.

Quando do falecimento de seu pai, Azeredo precisou assumir os negócios da família em 1768, porém, abdicou do direito como primogênito em prol de seu irmão Sebastião da Cunha de Azeredo Coutinho e, em 1775, ingressou na Universidade de Coimbra.

No ambiente acadêmico conviveu com seu tio, o Bispo D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que era reitor da instituição, e beneficiou-se das mudanças por que a instituição passara devido às reformas pombalinas e os novos estatutos recebidos em 1772. É importante frisar que tais estatutos são fundamentais para a compreensão do pensamento do clérigo – conforme cita Braz (2013, p.4) “a legislação ressaltava o poder absoluto do rei destacando seu papel como defensor e protetor da Igreja”.

Graduou-se em Letras, Filosofia e Direito Canônico e com seus estudos concluídos ingressou na carreira religiosa. Ordenou-se sacerdote no ano de 1786, ocupando cargo posteriormente de Deputado de Santo Ofício da Inquisição, entre 1784 e 1794, quando se tornou Bispo de Olinda. Quando da sua chegada<sup>20</sup> em Recife em 1798 iniciou seus trabalhos para a Coroa e foi nomeado para os cargos de presidente da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco e de diretor geral no campo dos estudos.

---

<sup>20</sup> Segundo Cantarino (2012, p.73) Bispo Azeredo Coutinho enviou ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho em 9 de fevereiro de 1799. Neste documento o mesmo falava sobre a feliz viagem feita até aquela capitania, da ordem entregue a D. Tomás José de Melo para deixar o Governo da capitania de Pernambuco, de sua posse da Junta Governativa, das medidas administrativas tomadas e do envio à Bahia do ex-governador e de Domingos José Fidelis, estes foram presos por ordem do desembargador sindicante.

Sua chegada marcou não somente a sua posse na diocese – o religioso aceitou todas estas atribuições pois já pensava em fundar um seminário, realização possível através de suas funções, uma vez que administrava o Erário responsável por suprir os recursos necessários à realização das aulas. No ano de 1800, Bispo Azeredo Coutinho inaugurou o Seminário de Olinda, e foi nesta instituição que empregou as influências reformistas pombalinas, tornando-se o centro da disseminação das ideias ilustradas na colônia portuguesa.

Após garantir os recursos para o seminário, um problema enfrentado por Azeredo Coutinho se deu em relação ao abastecimento da região. Neste sentido, fomentou o melhoramento das rotas entre Olinda e o Recife. Mesmo com essa iniciativa, a oferta de alguns produtos começou a se tornar escassa e os preços por sua vez subiram. Na tentativa de minimizar essa questão, estabeleceu o tabelamento de tarifas, o que acabou por se tornar motivo de reprimendas posteriormente.

Mesmo em contato com as luzes europeias, seu reformismo esteve a serviço da defesa do Antigo Regime, mantendo o sistema escravocrata, a monocultura de exportação, o exclusivo colonial. Seus trabalhos abordaram questões relacionadas ao cultivo e preço do açúcar (“Memórias Econômicas”), a respeito da extração de metais preciosos em Minas Gerais (“Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil”) e o comércio e defesa da escravidão (“Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”).

Azeredo Coutinho foi uma figura contraditória e teve diversos atritos ao longo de sua carreira, principalmente com potências locais, devido a sua intransigência na defesa da ordem estabelecida e ao rigor de sua administração a frente da Capitania de Pernambuco. Sobre a personalidade do ilustrado, Cantarino (2012, p. 10) menciona

Dono de uma personalidade irascível, Azeredo Coutinho enfureceu vários homens, suscitando muitas reações contra ele, o que, contraditoriamente, acabou por lhe proporcionar um fiel grupo de partidários defensores de sua obra e ações[...] O autor de textos econômicos e jurídicos, o agente que serviu por décadas à Coroa Portuguesa, tanto na América como no Reino.

Após ser destituído do cargo em 1802 devido a embates com elites na colônia, foi nomeado para a Sé de Bragança e Miranda, porém não chegou a ocupar o cargo pois o bispo de Miranda, até então, não aceitou abandonar seu posto, conforme cita Cantarino (2012, p.90), o que gerou um impasse dele para com a Mesa da Consciência e Ordens, visto que Bispo Coutinho já havia colocado substitutos em seu lugar no bispado de Olinda. Esse impasse durou quatro anos e foi resolvido quando ele foi nomeado Bispo de Elvas, em 1806, onde permaneceu até 1817, quando solicitou afastamento da função. Isto se deu por perceber que

seria uma manobra para que o mesmo abandonasse a ideia de assumir a Sé de Bragança e Miranda. Além disso, ainda havia o seu temperamento que desagradava a Mesa. Sobre este processo, Cantarino (2012, p.91) cita:

Um bispo encenqueiro e uma diocese sem recursos. Por que não enviar Azeredo ao Alentejo? O que ele poderia aprontar por ali? Era uma boa solução para as autoridades. A igreja de Elvas deveria ser reconstruída com recursos escassos e Coutinho já havia se mostrado um administrador eficaz. Além disso, tal ocupação o afastaria de polêmicas na Corte e seu superior direto seria um velho amigo, D. Frei Manuel do Cenáculo, agora Arcebispo de Évora.

Em 1818 assumiu o posto de Inquisidor-geral do Reino, e foi o último a assumir este cargo<sup>21</sup>, pois, após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, foi eleito Deputado pelo Rio de Janeiro às Cortes Gerais e Extraordinárias Portuguesas, porém não chegou a assumir este cargo tendo falecido em 12 de setembro de 1821 na cidade de Lisboa.

Azeredo em sua obra defendeu com vigor o exclusivo colonial entre Portugal e o Brasil. Ele considerava que, como a metrópole promovia a defesa das riquezas, dos bens e das vidas dos colonos, estes, por sua vez, deveriam mostrar gratidão como forma de retribuir tudo que lhe era proporcionado.

Sua defesa se dava pelo fato de que o exclusivo comercial possuía dupla função, ou seja, não serviria apenas para custos em segurança e defesa das colônias, mas sim, para assegurar retorno das despesas incorridas para este processo.

A manutenção das colônias era custosa, e, portanto, diluir estes custos mantendo a exclusividade sobre o comércio possibilitava o fomento do setor agro principalmente o açucareiro que, dentro da visão do clérigo, possuía papel central na economia da colônia.

Dentro dessa mesma premissa, Azeredo Coutinho visava obter vantagens no comércio da Companhia das Índias Orientais que, ao reexportarem os artigos obtidos na costa africana, somariam retornos acima do custo empregado para obtê-los. Portugal seria então uma espécie de intermediadora comercial entre a Europa e a Ásia/África.

Dentro deste contexto, o autor defende a aproximação das relações com a Inglaterra, que possuía papel chave tanto marítima como comercial, buscando tarifas mais atrativas, assim como a manutenção da defesa inglesa destinada a Portugal em momentos de necessidade.

---

<sup>21</sup> O cargo foi extinto pois a própria inquisição portuguesa teve seu fim no ano de 1821 quando as Cortes Gerais Constituintes decretaram o fim da mesma devido principalmente a influência do regime liberal ascendente à época.

Além de seus trabalhos econômicos, o Bispo de Olinda desenvolveu trabalhos em educação e pedagogia que, segundo Alves (2010, p.12), expressam a aspiração pedagógica do autor, de uma forma clara e direta como o encontrado na obra “Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil”, que não encontra precedente nem mesmo em obras do próprio autor no ramo educacional como, por exemplo, a obra pedagógica “Estatutos do Seminário de Olinda” que trata das matérias ministradas na instituição.

A respeito da dubiedade em suas ideias econômicas, assim como também encontrada em D. Rodrigo, pelo fato de ambos terem vivido em uma época de transição de pensamento econômico, entrecruzavam-se pautas influenciadas pelas luzes como o Liberalismo e a dificuldade de abandonar o Antigo Regime e o Mercantilismo.

Fora este fato, Azeredo Coutinho tinha muito forte em seu pensamento a postura de um senhor de engenho, o que explica as críticas a ele direcionadas. Suas concepções a respeito da escravidão também foi outro ponto de críticas dos liberais brasileiros: conforme cita Alves (2010, p.14) o Bispo argumentava que somente a escravidão assegurava o capitalismo na colônia.

Azeredo Coutinho viveu o mercantilismo colonial, e sob a influência das luzes, despreendeu-se para o Liberalismo, assumindo diversas ideias de Adam Smith. Foi um intelectual avançado em muitas questões e retrógrado em outras, típico de uma época de transição econômica e social. É, a partir deste recorte, que este trabalho pretende abordar as suas propostas, ora relacionadas ao futuro, ora ainda com resquícios do passado.

#### **4.1 A DEFESA DA ORDEM ESTABELECIDADA: MONOCULTURA E ESCRAVIDÃO**

A economia brasileira nunca foi feudal no sentido em que se aplica esse termo à sociedade medieval europeia. Ela foi sim, desde seus primórdios, uma economia mercantilista. E o choque entre esses comportamentos mercantilistas fossilizados, latentes ou aparentes e as instituições capitalistas de mercado é que causa distorções no nosso processo de desenvolvimento e extremas dificuldades ao trabalho modernizante dos planejadores. (Rios, 1972, p.1).

A economia colonial brasileira “nasceu” em meio ao Mercantilismo, e, como já é conhecido na historiografia econômica, não foi uma escola de pensamento bem definida, tendo suas bases de acordo com o Estado em que a praticava.

Após o surgimento do Iluminismo e, por meio deste, as reformas pombalinas, as ideias dos ilustrados portugueses passaram a girar em torno da modernização econômica para elevar Portugal ao nível que se verificava nas demais nações europeias.

Nesse contexto, foi necessário remodelar a colônia para que fornecesse melhores arrecadações para a Coroa. Entre as ideias que estavam no escopo da maioria dos ilustrados encontra-se a diversificação da agricultura (caso que vimos em D. Rodrigo Coutinho), e ideias de cunho liberal, como a abertura econômica e abolição da escravatura.

Porém, em Azeredo Coutinho temos um ponto de inflexão nos ilustrados portugueses. Em seu pensamento prevalecia o chamado comportamento tipicamente mercantilista, como cita Rios (1972, p. 3)

O comportamento mercantilista fundamenta-se antes de tudo, no monopólio da atividade econômica pelo Estado. [...] Três elementos são assim fundamentais nessa doutrina: a) O papel predominante do Estado; b) o caráter monopolístico e privilegiado de sua intervenção; e c) protecionismo, como forma característica da atividade do Estado, na vida econômica.

Portugal imprimiu com vigor tal comportamento em sua política colonial, assim como Azeredo Coutinho procurou implementar em sua atuação como representante do governo imperial.

O sistema mercantilista resistiu em terras brasileiras bravamente, enquanto na Europa já havia sido superado. Tal conjuntura passou a ser modificada quando os intelectuais portugueses influenciados pelas luzes passaram a pregar o embrião do Liberalismo.

É neste contexto que se insere a figura de Azeredo Coutinho. Para ele, Portugal não teria como enriquecer senão pela perda dos demais países (defesa da vantagem comparativa), e neste ponto temos uma visão tipicamente mercantilista do clérigo.

Nas políticas econômicas era contrário ao fomento à mineração. De acordo com seu pensamento, o fato da atividade possuir status privilegiado ofuscava as culturas agrícolas, ou seja, o extrativismo prejudicava as lavouras e com isso acarretava prejuízo para a Coroa.

Sua visão de certa forma era equivocada, pois ambas as atividades eram destrutivas conforme cita Rios (1972, p.8). O autor ainda argumenta o porquê de Azeredo Coutinho possuir tal pensamento:

A ênfase que Azeredo Coutinho atribuía à agricultura era comum aos homens de sua formação e de sua classe, ligados aos grandes proprietários territoriais. Na realidade pretendiam harmonizar a manutenção da monocultura e do monopólio da terra, com uma liberdade de comércio que os favorecesse, dando-lhes maior proteção estatal e maiores vantagens monopolísticas em relação aos seus concorrentes.

Podemos compreender a partir desta citação que Azeredo Coutinho tinha uma dúbia visão, pois assimilou as ideias liberais, porém a partir delas buscou perpetuar os privilégios

que a aristocracia colonial gozava, especialmente a dos grandes proprietários e produtores agrícolas brasileiros.

Essa premissa norteou todas as suas ações, por exemplo, como nos cita Rios (1972, p.262), em relação à contrariedade do monopólio do sal e o comércio em torno da mineração, visto anteriormente.

O comércio do sal, em meados da década de 1790, começou a ser debatido a partir do surgimento de duas propostas, estando a frente de uma delas Azeredo Coutinho. Ambas eram contrárias ao monopólio destes mercados, em que havia muita arbitrariedade nos preços pela especulação dos contratadores. Em sua proposta, o clérigo mostrava-se favorável à abolição do estanco do sal e à liberalização do seu comércio. A proposta foi concebida dentro da sua ideia de reformismo para coibir o abuso pelos contratadores.

Em decorrência desta discussão, a Coroa portuguesa demonstrou a intenção de liberalizar o comércio, tanto de sal como de ferro, e solicitou às câmaras de comércio que indicassem uma forma de se compensar a perda dos contratos que estas mantinham com o Estado.

Tal questão foi sanada a partir da negociação das compensações, demonstrando que o ilustrado, juntamente com demais reformistas que partilhavam as mesmas premissas, tinham vencido, ao menos naquele momento, a “batalha” com o novo sistema que estava aos poucos se instalando.

Aturdido e atormentado de ouvir gritar ao redor de mim, e por toda a parte, uns por malícia, outros por cegueira, “que não se deve obedecer à lei, que é contra o direito natural”, apenas ouvi este anunciado, eu, assustado, perguntei: “e quem há de ser o juiz da Justiça da Lei? Ou, quem da nação está autorizado para nos dizer se a lei está ou não conforme o direito natural?” Quando eu esperava que todos me dissessem que só o Soberano, legislador da nação, pelo contrário, ninguém me respondeu: uns voltavam as costas, outros, por um sorriso sardônico pareciam compadecer-se da puerilidade da minha pergunta; eu olhei para uma e outra parte, não vi algum que tomasse o meu partido: os meus amigos mesmos pareciam fugir de mim para não seguirem comigo a mesma sorte; eu, vendo-me sem amigos, e que até a mesma lei que defendia a minha vida, Lei à sombra da qual eu dormia sossegado, ficava a disposição dos meus inimigos e de qualquer assassino, eu exclamei: é possível que Deus me deixasse em tanto desamparo no meio dos homens? (COUTINHO,1796, p. 235).

Azeredo Coutinho foi uma figura que causava até certo ponto repulsa aos demais ilustrados à época. Mesmo sendo figura participante das reformas ilustradas da época, a defesa do sistema escravista foi um dos pontos mais marcantes dentro de seu pensamento.

A escravatura à época encontrava justificativa em duas frentes principais: uma no campo jurídico, outra na prática religiosa. Ambas eram perpetuadas durante o Antigo Regime e justificavam as pilhagens que ocorriam ao fim das batalhas expansionistas.

Com as conquistas realizadas pelos reis durante as incursões em territórios muçulmanos, foram criadas leis que beneficiavam a prática – a escravidão era permitida no caso dos povos ditos pagãos e infiéis encontrados. No campo religioso, a Igreja se insere partindo de sua posição inerte no sentido da abolição: embora tenha trabalhado em prol da melhoria de vida dos escravos, nunca condenou a prática, inclusive fornecendo diversos argumentos que a favorecia. Um dos argumentos utilizados, conforme nos mostra Guimarães (2007, p. 6), foi o de que

O direito de guerra dava ao vencedor a livre disposição sobre o vencido, admitindo mesmo a pena de morte dos prisioneiros. Ora, como refere Domingos Maurício, se o direito bélico abriu passo à pena de morte dos inimigos prisioneiros, nada mais equitativo e agradável que, por misericórdia, salvar-lhes a vida, comutando a execução capital em pena de escravidão perpétua.

A Igreja convivia normalmente com a guerra, desde que esta fosse considerada “justa”<sup>22</sup>; sendo assim, diversos conflitos, bem como a pirataria pela costa africana, eram de certa forma consideradas uma continuação da cruzada contra os mouros (Guimarães, 2007, p. 6).

Vários destes argumentos religiosos Azeredo Coutinho utilizava em seu discurso. Em sua obra “Análise sobre a justiça do Comércio do resgate dos escravos da costa D’África”, pode-se ver claramente o seu pensar sobre a situação dos negros, bem como um grande compilado de suas ideias sociais e políticas. Essa obra foi escrita para negar a imagem de que o comércio de escravos era contra os princípios naturais, injusto e contrário às convenções sociais que já estavam estabelecidas em outros Estados.

Conforme citado anteriormente, a escravidão era vista como normal e decorrente dos processos de conquista. Com o fato de que o comércio escravocrata era respaldado por lei, escreveu Azeredo Coutinho (*apud* Siqueira, 1964, p. 2)

Parece-me que esta asserção deve ser posta na posição desses meios impróprios e ilegais, destruidores do estado de coisas que se encontra estabelecido entre as nações e autorizado pelas suas leis; e que, por consequência, ela perturba o repouso e tranquilidade pública... Mas como a autoridade pública não é suficiente por si só e sem o concurso da persuasão, para destruir as opiniões, eu entrei num exame sério destas. Para melhor chegar aos descobrimentos da verdade, eu me servi do método

---

<sup>22</sup> Segundo Dias (2018) a igreja considerava como guerra justa com base no pensamento Agostiniano o conflito que seria usado para punir os males reais de uma guerra, ou seja, a violência, a crueldade, a resistência selvagem, a ambição por poder, não ser cristão, entre outros desvios de conduta.

próprio as demonstrações, apesar do aborrecido e desagradável que possa ser para aqueles que gostam de discutir com liberdade e sem entraves. Ora, pelo resultado de minha análise, parece-me que eu demonstro até a evidência a justiça desse comércio, e a falsidade da opinião contrária e de todas as outras com ela relacionadas. De resto, eu nada mais fiz do que seguir a marcha da natureza, para chegar ao conhecimento das duas leis e descobrir as verdades.

Este discurso nos mostra o seu conservadorismo ao se valer das leis vigentes em seu discurso, sobretudo o apreço que o clérigo possuía ainda do Antigo Regime e a nítida atitude de que seu grau de conhecimento seria o único fator a ser considerado.

O objetivo desta obra era o de defesa da ordem vigente. Porém, ao enviar seu trabalho para a Academia de Ciências de Lisboa, este foi recusado. Então solicitou à Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros para que pudesse imprimi-la em Portugal no ano de 1806.

Ele admitia que a pauta era controversa, e que sua intenção era apenas assegurar o direito legal sobre o comércio e não a defesa ou contrariedade ao tema. Sob seu ponto de vista, a verdade era que a estrutura social vigente era uma ordenação divina e, portanto, deveria assim permanecer.

Além do argumento religioso, Azeredo argumentava que, pelo fato do comércio escravocrata ser legal há muito tempo em seu país, pretender alterá-la poderia significar atacar uma base do Estado, ou seja, poderia enfraquecê-lo e tal mudança era contrária ao que suas pautas visavam. Outro argumento era a relação senhor e escravo, na qual

(...) o chamado escravo, quando está doente, tem seu senhor que trata dele, de sua mulher e de seus pequenos filhos, e que o sustenta, quando não por caridade, ao menos pelo seu mesmo interesse; o chamado livre, quando está doente ou impossibilitado de trabalhar, se não for a caridade dos homens, ele, sua mulher e seus filhos morrerão de fome e de miséria. (Azeredo Coutinho *apud* Alves, 2010, p.15)

Com estas palavras, Azeredo Coutinho fazia apologia de que, para o trabalhador, essa condição lhe seria benéfica, em contraposição ao trabalho livre, que só funcionava na Europa, sendo impensável em solo brasileiro.

Para ele, a necessidade de sobrevivência se sobrepunha à noção de liberdade. Sua concepção era de que ela estava atrelada às condições em que se encontrava a sociedade e que, no caso brasileiro, consolidava-se na forma da manutenção da escravidão. Além disto, a abolição promoveria condição aos negros de se embrenhar Brasil adentro, onde as terras eram devolutas, o que permitiria que se organizassem da mesma forma que eram na sua terra natal, a África, fato que poderia conceder a estes a possibilidade de organizarem e criarem conflitos e revoltas.

Os argumentos que compunham a obra foram atacados por Antônio Ribeiro dos Santos, o censor que recebeu a solicitação de impressão feita por Coutinho. Em sua análise, o censor criticava os princípios jurídicos que o clérigo utilizou para defender a sua tese. Santos, então, não autorizou que fosse impressa a publicação em Portugal. O trabalho então somente pôde ser impresso em língua francesa, na Inglaterra, pois lá não havia censura. O censor português tomou ciência da publicação e argumentou sobre a postura de Coutinho afirmando

Por certo causará espanto, e mágoa a todo o leitor humano ver, que quem podia e devia por seu Santo Ministério concorrer, quanto fosse da sua parte, para se soltarem os ferros do cativo destes homens, vosso próximo, seja o mesmo que advogou por escrito público a causa da escravidão, e faça a apologia da venda de seus irmãos. Isto foi já além de outras razões, o que ofendeu os sentimentos do público e excitou a sua indignação, quando pela primeira vez se apresentou à Memória deste Papal na Academia Real das Ciências desta corte, que a não quis imprimir, e quando depois apareceu traduzida em Francês, e estampada em Londres. (*apud* Siqueira, 1964, p. 143).

Azeredo Coutinho ficou marcado como defensor da escravidão, mas como tantos de sua época, ele foi “prático”, conforme afirma Siqueira (1964, p.144), e considerava que uma relação colônia-metrópole somente era possível com a escravidão, sendo assim mais vital do que uma política abolicionista. Com relação aos países que defendiam a abolição, eles eram vistos como hipócritas pelo Bispo, pois, segundo cita Siqueira (1964, p.141), estes países sob a máscara da humanidade nada mais quiseram do que, pela liberdade dos negros, acelerar a subversão da ordem social.

Novamente depara-se aqui com o fato de, mesmo se tratando de um assunto que deveria envolver a sua empatia, por se tratar de homem religioso em que o que mais se espera é o espírito humanitário, o clérigo buscava prover os meios necessários para a manutenção da Coroa. A escravidão, por sua vez, era um mal necessário, e isto justificava todo o escopo de suas ideias, sendo assim aceitável. Estar contra suas ideias era estar contra a boa manutenção da Coroa, o que não era o resultado que ele ansiava.

#### **4.2 REFORMISMO EM AZEREDO COUTINHO**

O reformismo de Azeredo Coutinho foi, em boa medida, moldado de modo a reafirmar a defesa do Antigo Regime. Suas propostas sempre tiveram como foco elevar Portugal aos seus tempos áureos, com prestígio e prosperidade econômica.

Azeredo Coutinho era brasileiro de nascimento, porém, sua postura o mostrava como um português, orgulhoso de sua origem, e isto se fazia presente em todas as suas ações. O

clérigo possuía uma visão burguesa e, apesar da firme defesa do regime estabelecido, mesclava ideias sob a ótica iluminista com certo toque típico do Liberalismo econômico.

Bispo Coutinho não trabalhou somente no campo econômico; sua atuação à frente do seminário de Olinda explorou o lado pedagógico do clérigo, sendo um aspecto muito lembrado pela historiografia brasileira. Segundo Alves (2010, p.), não se verificava em autores do campo da Pedagogia propriamente, ou seja, a abordagem direta e clara do autor é um ponto que chama atenção em suas obras, o que indica a forte aspiração pedagógica de Azeredo.

As pautas propostas por Azeredo Coutinho são consideradas predominantemente de um Iluminismo contido, pois, por mais que este tenha estudado em Coimbra após a introdução das luzes na instituição, a delimitação do reino português determinava os limites constantes dentro de suas propostas.

A preocupação com o Estado e a sua relação com a colônia permeou toda uma geração de intelectuais portugueses, que visavam modernizá-la em diversos aspectos, inclusive nas questões sociais. No caso de Azeredo Coutinho temos um reformismo discreto, pois, dentre as suas propostas econômicas pode-se evidenciar a valorização do trabalho da terra, característica que se observa na Fisiocracia, e ao mesmo tempo a defesa da monocultura e o monopólio de um determinado produto, o açúcar, traços típicos do Mercantilismo. Ele possuía pulso firme ao defender o que pensava e, segundo Zorek (2003, p.12), os escritos e os atos do clérigo são em defesa do trono português e que estar contra ele representava estar contra diretamente a Coroa.

Suas obras com enfoque no Brasil mostram um traço característico, da importância que ele atribuía para a colônia portuguesa. Conforme cita Zorek (2003, p.13), Azeredo Coutinho tinha a ciência de que o enriquecimento da colônia traria, por consequência, ganhos econômicos a Portugal.

Em face deste enfoque, Azeredo Coutinho pensava em formas de melhoria da relação colônia-metrópole, visando uma reaproximação entre ambas com vistas a ilustração dos pensadores portugueses, incluindo ele próprio neste contexto.

Um aspecto que se verificava para reaproximar ambas era a educação, visão também compartilhada por Antônio Verney e Ribeiro Sanches. Esse ponto de convergência do pensamento lusitano com o de Azeredo Coutinho demonstra que ocorreu continuidade do pensamento ilustrado advindo do período pombalino.

As obras de Azeredo que remontam a esse processo de reforma – “O Estatuto do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória e o Estatuto do Seminário de Olinda” – formam um rico compêndio de suas ideias educacionais para a colônia. O estabelecimento do Seminário de Olinda neste contexto é um marco educacional para a colônia e é considerado ponto chave das reformas educacionais na América portuguesa.

Apesar de não ter sido um processo com uma unidade, as reformas implementadas por Coutinho foram importantes à época, e representaram uma inovação provocada pelas luzes europeias, às quais o intelectual teve acesso.

A fundação do Seminário de Olinda, segundo Guapindaia (2010, 6), representava em boa medida a continuidade das reformas educacionais do período pombalino, sendo um prolongamento desta em solo colonial. Sobre a atuação de D. Azeredo no campo educacional, Guapindaia (2010, p. 7) cita que “No discurso de Coutinho, estão presentes questões centrais do pensamento iluminista, tal como a utilidade do ensino, a importância da primeira educação do homem e o destacado papel da mulher para essa primeira educação (...)”.

Sua atuação no campo educacional foi importante, e contribuiu no contexto de melhoria da disseminação do novo pensamento já enraizado nos estados europeus - o ideário ilustrado a partir do Iluminismo - mas sua principal contribuição se deu realmente no campo econômico. Azeredo Coutinho é considerado por muitos como o primeiro economista brasileiro, e isto se deve ao fato de que suas obras continham diversos conceitos econômicos, mesmo que a própria Economia enquanto ciência tenha nascido posteriormente ao contexto em que ele viveu.

Sua primeira obra de cunho econômico foi “Memória sobre o preço do Açúcar”, datada de 1791. Nesta, o autor apresenta uma crítica a Câmara Municipal de Lisboa por efetuar a taxaço do preço do açúcar brasileiro. Cabe ressaltar aqui que os negócios da família de Coutinho eram deste mercado, o que, em boa medida, conferiu a este trabalho um viés de análise para o clérigo. A crítica feita por ele é ao fato de que essa taxaço imposta ao açúcar brasileiro barateava o produto, tanto para comerciantes como consumidores de Portugal. A política de taxaço se deu em decorrência do preço do açúcar ter sofrido forte aumento. O produto que era produzido nas Antilhas sofreu queda na produção, devido a diversas situações adversas em 1790, o que fez com que o açúcar brasileiro sofresse um aumento de demanda e, com isso, houvesse o aumento do preço do produto.

A taxaço então foi aplicada como meio de coibir aumentos abusivos. Para Coutinho, tal ação era indesejada pois a valorização do produto era benéfica aos produtores, aos

comerciantes e à própria Coroa, quando o produto era exportado. Portanto, para Coutinho, a taxaço acarreava perdas ao erário português, visto que esta cobrança seria um desincentivo a produço nacional, ficando mais cara a manutenço do plantio.

Em sua obra “Ensaio sobre o comercio de Portugal e suas colônias”, D. Coutinho elencava sua agenda reformista. Para ele, com a implementaçao de determinadas açoes, a Coroa portuguesa conseguiria estreitar mais seus laços com a elite brasileira e, portanto, trazer ganhos fiscais para o Estado.

Uma das frentes que Azeredo Coutinho defendeu foi o fim dos monopólios. O objetivo dessa açao seria promover o desenvolvimento econômico, sempre tendo em mente a manutenço das relaçoões metrópole/colônia. O que fica evidente da visao ilustrada de seu pensamento é o dinamismo, ou seja, para ele o principal condutor da economia da Coroa seria promovendo o aumento do volume do comércio, pois estas seriam a chave da acumulaçao de capital tão necessária à economia lusitana. Esse papel do comércio como foco principal fica evidente no trecho da fala de D. Azeredo, conforme nos cita Souza (2016, p.44): “Isto são verdades elementares, que se não podem negar; pois todos sabem que o principal objecto do commercio he trazer a abundancia ao Paiz da carestia, e fazer que em hum Paiz não haja supérfluo, e que no outro não haja falta.”

Esse apreço pelo comércio contém traços mercantilistas, mas com um novo foco. A contradicão com o pensamento mercantilista se concentra na mudanço de foco da acumulaçao de capital, que antes ocorria por meio da acumulaçao de metais preciosos e agora se dava por meio do comércio de artigos agrícolas. Essa mudanço de chave dentro de seu pensamento é típica dos ilustrados da época, uma vez que as engrenagens da economia que vigoravam já não eram mais suficientes para manter um império tão vasto como o de Portugal.

Um aspecto que nos permite perceber a influênça da Fisiocracia é a questao das relaçoões comerciais – ele evidenciava em sua obra que Portugal deveria promover a reexportaçao do excedente agrícola da colônia. Este deveria ser comercializado pela metrópole, que possuía melhores relaçoões comerciais estabelecidas com os demais estados europeus, o que traria melhores retornos.

Outro ponto que cabe destaque é a defesa do produtor agrícola, trazendo segurança à produço e ao comércio. Este objetivo seria alcançado através da regulaço do comércio que, segundo o autor, produziria incentivo a entrada de mais produtores fortalecendo os já estabelecidos.

Em relação ao comércio do açúcar especificamente, o autor defende a redução das restrições mercantilistas impostas. Estas serviriam para explicitar a produtividade que era natural ao solo, justificando o sucesso deste empreendimento, aproximando-o da visão dos fisiocratas, ou seja, associando a riqueza com a produção agrícola.

Esta aproximação com a Fisiocracia, conforme cita Santos (2016, p.49), fica evidente por sua crítica ao metalismo, que foi implementado por Portugal quando da descoberta das minas de ouro no Brasil. Segundo ele, esse comércio trazia consigo prejuízos ao setor açucareiro da colônia, portanto a metrópole deveria investir na vocação agrícola e nas vantagens comparativas que esta possuía, citando que o comércio do ouro já estava em declínio e a Coroa necessitava apostar naquilo que já estava em sua posse.

Como forma de complemento à agricultura, Azeredo defendia a formação de uma indústria que se vinculasse a esta. Essa vinculação partia do pressuposto de que ela agregaria valor à produção, configurando-se como um diferencial frente ao mercado, principalmente do açúcar.

Além da vinculação agrícola, o autor defendia as manufaturas e a produção em geral como fonte de riqueza. A justificativa dessa forma de comércio está atrelada ao fato de sua geração estar associada com a preocupação a respeito da disponibilidade de metais preciosos dos quais o Estado detém como meio de pagamento.

Todos esses fatos demonstram como o Liberalismo estava no cerne de algumas preocupações do clérigo: o fomento as forças produtivas como fonte de divisas fiscais, a proteção e implementação de medidas para fortalecimento do comércio, além de prover os meios para escoamento da produção.

Conclui-se, portanto, que Azeredo Coutinho defendia os interesses das elites locais agrícolas, através da influência da Fisiocracia e do Iluminismo. Seu plano de reformas foi oposto as políticas implementadas no período mercantilista, trazendo consigo os ventos de novos tempos ao Império Português.

#### **4.3 AZEREDO COUTINHO COMO GESTOR PÚBLICO: A CAPITANIA DE PERNAMBUCO**

A posse de Azeredo Coutinho em Recife foi marcada pela transição de governos – além de assumir a diocese de Olinda, o bispo ficou responsável por transmitir ao então governador D. Thomaz José de Melo a sua exoneração.

Inicialmente, o comando da capitania seria repassado para uma equipe interina, comandada por Coutinho e por Pedro Sheverin, Intendente da Marinha, e Antonio Luiz Pereira da Cunha, Desembargador Ouvidor da Comarca.

Além desta função, o Bispo também assumiu outras duas atribuições: as presidências da Junta da Fazenda e da Direção Geral dos Estudos. A acumulação destas funções teve por objetivo possibilitar a implementação do Seminário de Olinda.

Estar à frente da Junta da Fazenda propiciou a manutenção da instituição nascente, a qual ocorreu pelo subsídio literário, que era a sua principal fonte de recursos. Este foi proveniente da produção de vinho e aguardente na metrópole; já na colônia originava-se da carne abatida.

No caso da Direção Geral dos Estudos, a função era de administrar o seminário, fiscalizando o ensino, o pagamento de salário e seleção dos docentes. Este comando permitiu a D. Azeredo o bom funcionamento e provimento das aulas da instituição. O Seminário de Olinda tornara-se o centro de difusão de conhecimento da colônia. Bispo Coutinho trouxe consigo as boas novas da ilustração portuguesa, e isto se insere no contexto do projeto de modernização do Reino português.

Inaugurado inicialmente sob o nome de Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça, era a clara noção de que as luzes anunciavam mudanças na colônia portuguesa. As disciplinas ministradas neste eram voltadas para prover a formação do bispado de Olinda, bem como dos ministros do reino luso-brasileiros.

Aprovado pela rainha D. Maria I, o estatuto norteava o campo de atuação da instituição. Azeredo Coutinho imprimiu neste os ideais da burguesia ilustrada que buscava preparar os homens para estarem à serviço do Rei e da Igreja.

A preocupação com a educação ministrada no seminário refletia uma das vertentes do pensamento do bispo. Esses princípios serviram de base para criar em território pernambucano um sentimento de defesa da terra em que viviam e, dessa forma, contribuir para tirar Portugal da crise em que se encontrava.

Para além deste objetivo, D. Azeredo mantinha firme a convicção de que, com educação, diversas questões seriam ao menos minimizadas, tais como os roubos, além de prover jovens mais preparados para servir a Coroa.

O balanço geral que se tem neste contexto é positivo: anos depois da implementação desta, o que se verificou foi a modernização pedagógica do ensino, lembrada até hoje na

historiografia, além de aumentar a participação política de clérigos e outros pensadores luso-brasileiros.

A atuação de Azeredo à frente da Capitania, de forma provisória, se tornou permanente com o passar do tempo. O governo do clérigo passou pela agrura típica do Antigo Regime, o problema do abastecimento interno. Sobre este contexto Cantarino (2012, p.75) declara

No mundo que ainda não conhecia os ganhos de produtividade da economia industrial, o equilíbrio entre a produção de alimentos, o crescimento vegetativo e as necessidades alimentares da população era frágil. Estiagens, especulação, desastres naturais, pragas e outros eventos poderiam desestabilizar por anos os mercados e o fornecimento de comida.

Os problemas de produção contribuíram para um aumento dos preços, o que impactou produtos agrícolas e principalmente as carnes. Era uma questão que exigia empreender grandes esforços e foi onde D. Azeredo atuou com grande vigor.

Como esse mercado provia os recursos do seminário, o assunto era de suma importância para o bispo. O problema central que motivou esta crise era desconhecido, portanto a solução inicialmente foi o tabelamento de preços. Essa tarifação utilizou uma média, ou seja, um preço que ao mesmo tempo não excluía o consumo, contudo também não desestimulava a produção. Mesmo com esta ação, o que se verificou foi a continuidade da escassez pela ineficácia desta ideia inicial.

Outra solução apontada era o controle das rotas de abastecimento – houve o investimento na melhoria da infraestrutura para possibilitar maior eficiência ao escoamento da produção, construiu-se um corredor rodoviário que ligava Recife ao sertão do Rio São Francisco e rotas existentes foram aperfeiçoadas. Com a implementação do controle do escoamento ficou evidenciado o contrabando de produtos, conforme cita Cantarino (*apud* Braz, 2013, p. 8)

Os extravios eram tantos que no ano de 1798 haviam passado 18 barris de pólvora pelas alfândegas do Recife. No ano seguinte, com o aumento da fiscalização o número saltou para 800 barris. E Azeredo ainda lamenta o fato de que esse número foi subestimado. Segundo o prelado, poucos meses após a chegada à capitania, resolveu mudar o prédio da alfândega para uma nova edificação. Certa noite, poucos dias após o traslado dos estoques o novo prédio ardeu. As causas do incêndio nunca foram descobertas.

Além dos problemas ligados à falta de infraestrutura, à especulação dos comerciantes e ao contrabando, a região era cometida por secas severas, que afetavam a produção, além do

aumento da produção de algodão a partir do final do século XVIII, ou seja, a escassez era justificada pelo bônus que era obtido.

Pode-se elencar outros fatores que prejudicaram a situação econômica da capitania, como a questão da dívida da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que causou déficits ao erário, além do subsídio militar necessário para a prevenção de invasões francesas.

Outro campo de atuação de Azeredo foi na questão tributária: o bispo implementou a arrematação dos dízimos e o desmembramento das capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, aliviando a pressão sobre o erário da capitania.

A fiscalidade seria outra frente de atuação do Bispo de Olinda. Munido de acesso aos arquivos que mostravam a arrecadação do erário, constatou que havia desvios de verba como cita Braz (2013, p. 8) “(...) segundo o bispo Coutinho, vinha sendo desviado por oficiais da Junta, o tesoureiro e o escrivão, informavam ao Erário de Lisboa mais cadeiras do que de fato existiam, assim, embolsavam os ordenados dos docentes.”.

Em face desta investigação houve grande confusão que chegou aos ouvidos do Rei, provocando a mudança dos membros da Junta em Pernambuco. Bispo Azeredo foi uma figura importante para a Capitania de Pernambuco, porém, não permaneceu muito tempo à frente desta. Os motivos apontados vão além de sua intransigência; o clérigo teve atritos com nomes importantes da aristocracia local, o que culminou em seu chamado de retorno à Corte de Lisboa.

Azeredo Coutinho regressou a corte para assumir o Bispado de Miranda, em 1802, deixando em Pernambuco um governo marcado por grandes feitos, mesmo que seu término tenha sido breve.

O que se pode concluir diante do exposto é que Azeredo Coutinho foi uma figura importante no contexto português da época, brasileiro de nascimento, mas português de coração, preocupado e voltado para as questões que visavam o engrandecimento da Coroa portuguesa. Sua atuação foi norteada por princípios mercantilistas adaptadas ao contexto nascente, mas o Liberalismo e a Fisiocracia fizeram-se presentes em seus escritos, principalmente em face da defesa da produção agrícola como fonte da riqueza na colônia e a crítica ao monopólio do sal.

Sua postura diante de críticas era considerada intransigente por boa parte dos agentes portugueses, sejam estes do clero, da administração pública ou das elites locais com as quais teve sério entrave e que, para alguns autores, corroborou para o seu regresso à Portugal. O

fato é que, por mais contraditórias que algumas defesas feitas por este tenham causado atritos, e em boa medida estranheza de muitos, o clérigo sempre permaneceu fiel ao seu ideal, nunca o revogando, independente das situações em que se encontrara.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna caracterizou-se como um período de grandes mudanças em todas as esferas da sociedade, principalmente pelo advento do Iluminismo. A principal característica deste movimento foi a inversão das relações do homem com o mundo a sua volta. A racionalidade passou a possuir papel chave nas análises dos pensadores da época, em oposição à importância e hegemonia que a Igreja detinha na tomada de decisões, seja no âmbito político, econômico ou social. Dentro desta forma de pensar, a Ilustração trouxe a defesa de diversos ideais, tais como o progresso, a liberdade, e principalmente a efetiva separação entre Estado e Igreja.

Tal conjuntura propiciou o surgimento dos Estados Modernos, em substituição ao Feudalismo, o desenvolvimento das relações mercantis provenientes das novas técnicas de navegação e, por consequência, da ampliação dos horizontes de comércio. Além disso, as descobertas de novas rotas comerciais, novas colônias e novos tipos de mercado a serem explorados também ampliaram o entendimento de mundo para além das fronteiras já conhecidas pela sociedade europeia.

Para suprir esse novo aparato, os Estados europeus adotaram novas posturas, tanto econômicas quanto políticas, para abraçar essa nova visão de mundo imposta por esta transição. Para atingir tal objetivo, a educação teve papel chave neste processo, pois era necessário preparar os estadistas sob as luzes do novo modelo de pensamento. Um dos Estados que se inseria nesse novo pensar foi Portugal.

Diante das mudanças ocorridas, a Coroa portuguesa foi uma das primeiras a adotar o estadismo Moderno, abandonando a organização em feudos. Porém, devido à forte influência da Igreja, tão enraizada na sociedade lusitana, as mudanças de política econômica, frente ao pensamento iluminista foram adotadas tardiamente, conforme visto ao longo do trabalho.

O prelúdio do pensamento iluminista se deu na Inglaterra e, sobretudo, na França, onde nasceram alguns dos mais importantes escritos dos ideais ilustrados da época. Neste contexto, Portugal era um dos Estados que estava em situação de atraso quanto à produção de conhecimento influenciado pelas luzes. Essa situação sofreu mudanças quando D. João ascendeu ao trono e levou a cabo seu projeto de fortificação estatal, elaborado pelo Marquês de Pombal.

Essas reformas, que foram chamadas de reformas pombalinas, tinham por objetivo principal fornecer o aparato teórico iluminista e, com isto, retirar o país do atraso em que se encontrava em diversos âmbitos. A principal frente de atuação de tais reformas foi no campo

educacional, no qual a Universidade de Coimbra tornou-se a maior representante do Iluminismo lusitano.

Ambos os autores trabalhados ao longo deste trabalho foram produto deste contexto reformista e de profundas mudanças. Cada qual com sua devida especificidade, os dois contribuíram para o fortalecimento da Coroa portuguesa. De um lado, D. Rodrigo Coutinho, estadista português, que foi essencial para a política fiscal, tendo contribuído para o aumento do Erário e para o melhor aproveitamento das riquezas disponíveis no Reino, graças aos estudos que empreendeu junto à geração de 1790. De outro, Bispo Azeredo Coutinho, que apadrinhou a difusão do pensamento ilustrado português na colônia, através do Seminário de Olinda, e contribuiu na defesa da vantagem produtiva da colônia através da agricultura, mesmo que esta fosse, em boa medida, focalizada, sobretudo, na cultura da cana de açúcar.

Ambos cumpriram a máxima da reforma pombalina de servir bem à Coroa: atuaram na administração pública, empreenderam agenda de reformas modernizadoras, que estavam em conformidade com as premissas que cada qual determinara para seu campo de atuação, e partilharam o anseio em comum de trazer os áureos tempos à Coroa portuguesa.

Assim como D. Rodrigo, Azeredo Coutinho reconhecia a importância do Brasil para a economia portuguesa. Porém, enquanto as propostas do primeiro pautavam-se nas finanças do Reino em um âmbito mais amplo, incluindo a atividade agrícola, as ideias do Bispo de Olinda concentraram-se na produção agrícola. De um lado era necessário retirar o fardo tributário excessivo para que a produção fosse salvaguardada, e de outro defender a hegemonia deste mercado frente às demais formas de exploração na colônia. Essa preocupação devia-se ao fato de que a prosperidade traria paz frente às revoltas que permeavam o imaginário dos colonos, influenciados pelas revoltas que estavam ocorrendo naquele período.

Ao fazer um comparativo na obra de ambos, é possível inferir que o reformismo empregado por D. Rodrigo continha traços mais modernistas em relação ao implementado por Azeredo; a escravidão e a diversificação agrícola são bons exemplos disto. Azeredo foi um obstinado defensor da ordem estabelecida e, portanto, blindava tanto a manutenção da escravatura como a monocultura da cana de açúcar. Já D. Rodrigo via a escravidão como sinônimo de atraso, visto que os Estados europeus em que esteve já haviam abolido este tipo de mão de obra, além de implementar em sua agenda de reformas um projeto de diversificação agrícola que visava promover novas culturas em solo brasileiro. No caso da abertura comercial, ambos defendiam que esta ocorresse, porém, de formas distintas; enquanto D. Rodrigo visava o melhoramento do comércio ultramarino relativo à colônia para

com as nações amigas, Azeredo defendia a manutenção do exclusivo comercial, alegando que tal situação traria benefícios para ambas.

As contribuições de ambos para Portugal são evidentes e corroboram para o fato de ambos possuírem papel de destaque na Historiografia Luso-Brasileira. Azeredo Coutinho lutou contra o monopólio do sal, administrou a Capitania de Pernambuco gerando melhoramento da estrutura geral desta, sanou em boa medida problemas relacionados ao abastecimento e transporte dos itens agrícolas, pecuários, entre outros, tornou a fiscoalidade dos órgãos administrativos mais eficientes e deixou seu legado educacional através do Seminário de Olinda. D. Rodrigo Coutinho teve papel chave na formação da marinha de guerra da colônia, trabalhou em prol da redução da carga tributária, da modificação monetária, participou de diversos debates e da transferência da Corte quando da invasão francesa afim de proteger a continuidade da monarquia lusitana.

Diante do exposto verificamos que, por mais que ambos tenham o mesmo contexto acadêmico – leia-se a Universidade de Coimbra e a Academia de Ciências de Lisboa pós reformas pombalinas – a ilustração influenciou de forma diversa a obra dos autores. Pode-se atribuir esta diferenciação de certa forma ao contexto em que viveram: Azeredo teve origem de um senhor de engenho e boa parte de sua obra foi influenciada por este fato; já as obras de D. Rodrigo sofreram influência de sua vivência em outras cortes da Europa, o que fez com que o estadista aplicasse tal vivência em sua agenda de reformas por se tratarem de casos de sucesso que o mesmo presenciou.

As agendas de reformas de ambos são dúbias e, portanto, situam-se entre dois mundos diversos, divididos historicamente por um processo de transformação da sociedade em uma unidade denominada Estado e do homem quanto indivíduo racional, e que busca o melhor *status quo* possível à luz da racionalidade. Um processo complexo e instigante para análise tanto em âmbito português como europeu que, com essa pesquisa, apenas teve início, não se propondo, em nenhuma instância, a dar conta de todo debate, mas de propiciar uma perspectiva a respeito de visões diferentes, ainda que oriundos de uma mesma época de pensamento.

## REFERÊNCIAS

- AIDAR, Bruno. Uma substituição luminosa: tributação e reforma do Antigo Regime português em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII [A luminous substitution: taxation and reform of the Old portuguese Regime in D. Rodrigo de Souza Coutinho at the end of the 18th century]. In: **Nova Economia**, 2011, vol. 21, n.1, pp. 137-156. Disponível em: <[https://econpapers.repec.org/article/novartigo/v\\_3a21\\_3ay\\_3a2011\\_3ai\\_3a1\\_3ap\\_3a137-156.htm](https://econpapers.repec.org/article/novartigo/v_3a21_3ay_3a2011_3ai_3a1_3ap_3a137-156.htm)>, acesso em novembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. Moeda, crédito e reforma do Estado imperial português: os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800 [Money, Credit and Reform in the Portuguese Imperial State: the writings of D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800]. In: **Anais XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA**, 2017. Disponível em: <[https://econpapers.repec.org/article/novartigo/v\\_3a28\\_3ay\\_3a2018\\_3ai\\_3a3\\_3ap\\_3a1017-1044.htm](https://econpapers.repec.org/article/novartigo/v_3a28_3ay_3a2018_3ai_3a3_3ap_3a1017-1044.htm)>. Acesso em: 17 set. 2019
- ALVES, Gilberto L. **Azeredo Coutinho**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- BLOG INSTITUTO PLÍNIO CORREA DE OLIVEIRA. **Teoria e tradição da guerra justa**. Disponível em: < <https://ipco.org.br/teoria-e-tradicao-da-guerra-justa/>>, acesso em novembro de 2019.
- BRAZ, Fabiana Schondorfer e CONTI, Paulo Fillipy de Souza. D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO: Um Bispo ilustrado em Pernambuco. In: **Revista Tempo Histórico**, vol.5, Nº 1, 2013.
- CANTARINO, N. M. **A razão e a ordem: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)**. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28082012-121845/pt-br.php>>, acesso em novembro de 2019.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. O Final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal ,Coleção História**. SP: Editora UNESP, 2000.
- COSTA, Célio Juvenal. O REI D. JOÃO III (1521-1557) E A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DE CORTE EM PORTUGAL. In: **Anais XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilidade, Fronteira e Diversidade**. Mato Grosso do Sul, 2013. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa\\_Coordenada/Trabalhos\\_Completos/Celio\\_Juvenal\\_Costa.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Celio_Juvenal_Costa.pdf)>, acesso em novembro de 2019.
- COUTINHO, José Joaquim da C. de A. **Obras econômicas**. (apresentação HOLANDA, Sérgio B. de). São Paulo: Ed. Nacional, 1966.
- COUTINHO, Mirian Marques de. **D. Rodrigo de Souza Coutinho e o reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII**. Dissertação. UERJ - Programa de Pós-Graduação em História. 2002. Disponível em: <

[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_65e897f70b9bf2342507035f41ab9b47](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_65e897f70b9bf2342507035f41ab9b47)>, acesso em novembro de 2019.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre os melhoramentos dos domínios de sua majestade na América (1797). In: COUTINHO, Rodrigo de Souza. **Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)**. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. Tomo I.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. Coleção tudo é história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa - um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina e a sombra do Tratado de Methuen. **Nova Economia**, v. 15, n. 2, 2005.

**FISIOCRACIA**. Brasil Escola. Disponível em:  
<<https://brasilecola.uol.com.br/economia/fisioocracia.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. Relações de gênero, pensamento pedagógico e reforma política na ilustração portuguesa. In: **Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 9**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

**GUERRA DAS LARANJAS (1801)**. Brasil Escola. Disponível em:  
<<https://guerras.brasilecola.uol.com.br/seculo-xvi-xix/a-guerra-das-laranjas.htm>>. Acesso em novembro de 2019.

GUIMARÃES, Jorge Gonçalves. O discurso teológico e a escravatura: Manuel Ribeiro Rocha e Azeredo Coutinho. **POLISSEMA**. Revista de Letras do ISCAP, Porto - Portugal, nº7, 2007, pp. 60-76.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1966.

HUNT, E. K. e LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2013.

KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). In: **Araucaria**, v. 12, n. 24, p. 5, 1 out. 2010. Disponível em:  
<<https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1289>>, acesso em novembro de 2019.

LAMBERT, Mariana. Real Academia das Ciências de Lisboa. **O arquivo nacional e a história luso-brasileira**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:  
<[http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4015&Itemid=331](http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015&Itemid=331)>. Acesso em novembro de 2019.

MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal ,Coleção História**. SP: Editora UNESP, 2000.

NETO, Francisco José da S. L. **O Iluminismo e as Reformas Pombalinas**. 1997. Disponível em: <[http://floboneto.pro.br/\\_pdf/histeduc/2.05%20iluminismo.pdf](http://floboneto.pro.br/_pdf/histeduc/2.05%20iluminismo.pdf)>, acesso em novembro de 2019.

NOVAIS, Fernando A. de O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, v. 7, 1984, pp. 105-118. Disponível em: <[https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1861](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1861)>, acesso em novembro de 2019.

PAIM, António. A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del Rey, n. 3, 2009, pp. 266-269.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. 1972. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/40037/38777>>, acesso em novembro de 2019.

POMBO, Nívia. A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). In: **Intellèctus**, v. 14, n. 2, p. 1–20, 20 dez. 2015, pp. 1-20. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20978>>, acesso em novembro de 2019.

POMBO DOS SANTOS, Nívia. Um turista na Corte do Piemonte dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo italiano e francês (1778-1790). In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, jan/jun 2009, pp. 213-225. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752009000100011&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752009000100011&script=sci_abstract&lng=pt)>, acesso em novembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Unidade política e dependência econômica: D. Rodrigo e as concepções geopolíticas para a América portuguesa (1796-1803). In: **Anais Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856708\\_1656340f1e89b33a19e10c31fb40b38a.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856708_1656340f1e89b33a19e10c31fb40b38a.pdf)>, acesso em novembro de 2019.

### \_\_\_\_\_. **O PALÁCIO DE QUELUZ E O MUNDO**

ULTRAMARINO. Tese. Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em História Social. 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1520.pdf>>, acesso em novembro de 2019.

RICARDO, Silvia Carvalho. **As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia**. Dissertação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-122847/publico/TESE\\_SILVIA\\_CARVALHO\\_RICARDO.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-122847/publico/TESE_SILVIA_CARVALHO_RICARDO.pdf)>, acesso em novembro de 2019.

RIOS, José Arthur. A tradição mercantilista na formação brasileira. In: **Revista Brasileira de Economia**, v. 26, n. 3, p. 255–272, 1 jul. 1972, pp. 256-272. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/85/2904>>, acesso em novembro de 2019.

SILVA, Abílio Dias da. D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen. In: **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 4, n. 0, 2003, pp. 59-84. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/download/5097/4759>>, acesso em novembro de 2019.

SILVA, José Veríssimo Á. da. Memórias das verdadeiras causas por que o luxo tem sido nocivo aos portugueses (1789). In: CARDOSO, José Luis (edição). **Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

SIQUEIRA, S. A. A escravidão negra no pensamento do bispo Azeredo Coutinho: contribuição ao estudo da mentalidade do último Inquisidor (II). In: **Revista de História**, v. 28, n. 57, p. 141–198, 29 mar. 1964. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122668/119168>>, acesso em novembro de 2019.

SOCHACZEWSKI, Monique. Real Academia das Ciências de Lisboa. **Política Externa no Mundo Árabe e Islâmico**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4937&Itemid=332](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4937&Itemid=332)>. Acesso em: 6 nov. 2019.

SOUSA, Fernando de. O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro : (1756-1757). In: **Revista Camões**, 2003. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/20386>>, acesso em novembro de 2019.

SOUZA, T. DE P. L. **As idéias econômicas do Bispo de Olinda e do Visconde de Cairu para um projeto de reforma do império português: as novas relações metrópole-colônia**. TCC, Universidade de São Paulo -Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2016. Disponível em: <<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/11/110501/tce-17072017-162354/publico/TCCTobiasdePaulaLimaSouza.pdf>>, acesso em novembro de 2019.

VILLATA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1999. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122009-115825/publico/LUIZ\\_CARLOS\\_VILLATA.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122009-115825/publico/LUIZ_CARLOS_VILLATA.pdf)>, acesso em novembro de 2019.

ZAROSKI, Pamela Sue. **Tecendo conexões ultramarinas : a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800)**. Dissertação. Universidade Federal do Paraná - Pós-Graduação em História. 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40954/R%20-%20D%20-%20PAMELLA%20SUE%20ZAROSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, acesso em novembro de 2019.

ZOREK, Bruno de Macedo. Considerações sobre o pensamento econômico de Azeredo Coutinho. In: **Anais da V Jornada Setecentista**, Curitiba, 2003, pp. 155-176. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-o-pensamento-econ%C3%B4mico-de-Azeredo-Coutinho-Bruno-de-Macedo-Zorek1.pdf>>, acesso em novembro de 2019.

